

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO, REALIZADA NO DIA VINTE E DOIS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E SEIS

-----Nos termos do disposto no número um do artigo quadragésimo nono da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, republicada pela Lei número cinco, traço, A, barra, dois mil e dois, aos vinte e dois dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e seis, reuniu nesta cidade do Cartaxo e Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal do Cartaxo, sob a presidência do seu Presidente efectivo, Senhor Dr. António José Pereira Góis dos Santos Nascimento, coadjuvado pelo Senhor Fernando Manuel Duarte dos Santos e Senhor Cândio Paulo Alenquer Ribeiro, respectivamente Primeiro Secretário e Segundo Secretário. -----

-----Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

-----Senhor José António Arruda Lopes, PS -----

-----Dr. Rogério Mendes Coito, CDU -----

-----Dra. Hélia Maria Duarte M. Baptista, PSD -----

-----Dra. Ana Maria Serrazina da Fonseca e Silva, PS -----

-----Senhor João António Salgueiro Soares, PS -----

-----Dr. José Manuel da Ponte A. Onofre, PSD -----

-----Senhor José Roque Gameiro dos Santos, PS -----

-----Eng. Marco Filipe Firmo Caetano, PS -----

-----Senhor Délio Modesto Pereira, CDU -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

-----Eng.ª Maria Luísa de Freitas Pato A. Dias, PSD -----
-----Senhor António José Amendoeira B. Pego, PS-----
-----Senhor José Francisco Rodrigues Fernandes, PS -----
-----Senhor Francisco Manuel Miguel Colaço, BE -----
-----Senhor Elias José Fernandes B. Rodrigues, PS -----
-----Senhor João Paulo Ribeiro Almas, PS-----
-----Prof.ª Maria Emília da G. Soares, CDU -----
-----Senhor Manuel Luís Salgueiro, PS-----
-----Senhora Anabela Carona Damião Rodrigues, PS -----
-----Senhor Rogério Luís Dias Santos, PS -----
-----Dr. Fernando Manuel da Silva Amorim, PS -----
-----Senhor Manuel Alfredo Moreira Fabiano, PS -----
-----Senhor Joaquim Edgar Carreira Oliveira, PS-----
-----Senhor Fernando de Jesus Ramos, PS -----
-----Senhor Luís Miguel Inglês Nepomuceno, PS-----
-----Eng. Pedro Miguel Barata de Almeida, PSD. -----
-----Dr. Pedro Miguel Ferreira Reis, PSD-----
-----Foi justificada a falta de João Soares (PS), relativamente ao dia 16 de
Dezembro de 2005. -----
-----Foi admitida a substituição de Vasco Cunha (PSD) por Pedro Reis,
relativamente à sessão de 22 de Fevereiro de 2006. -----

-----Para além de todos os membros acima identificados, estiveram presentes
da parte do Executivo Municipal o Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Vice-
Presidente e o Senhor Vereador Eng.º Francisco Casimiro, a Senhora Vereadora Dra.
Rute Ouro e o Senhor Vereador Prof. Mário Júlio. -----

ABERTURA: Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Mesa deu
início à sessão quando eram dezassete horas -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

-----**SENHOR DEPUTADO MUNICIPAL PEDRO REIS** -----

-----Apresentou os cumprimentos à Mesa, ao Executivo e aos restantes membros daquela Assembleia Municipal e começou por dizer que a sessão convocada para aquele dia estava ferida de uma ilegalidade, por força do n.º 1 do artigo 49º da Lei n.º 169/99, dado que não tinha sido convocada com pelo menos oito dias de antecedência.-----

-----Acrescentou que aquela ilegalidade seria sanada, se todos os membros daquela Assembleia estivessem presentes e concordassem com a realização da mesma. Caso contrário, todas as deliberações poderiam ser impugnadas no imediato por qualquer munícipe e ainda pelo Ministério Público, no prazo de um ano.-----

-----Por último, propôs ao Senhor Presidente da Assembleia que tentasse sanar aquela ilegalidade. -----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA** -----

-----Na sequência da intervenção do Dr. Pedro Reis, o Senhor Presidente propôs um intervalo de 15 minutos, na tentativa de sanar a ilegalidade nos termos do artigo 21.º do CPA, dando oportunidade a que todos os membros em falta comparecessem. -----

REABERTURA DA SESSÃO: Verificada a presença de todos os elementos da Assembleia Municipal e não existindo oposição à realização da sessão, o Senhor Presidente da mesa deu início à mesma quando eram dezoito horas. -----

APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR: A acta da sessão anterior, realizada a dezasseis de Dezembro de 2005, que havia sido previamente distribuída, foi submetida à consideração da Assembleia e, sob proposta do Presidente, colocada à votação.-----

O Senhor Presidente da Mesa informou a Assembleia que as deliberações da acta não traduzem a votação nominal porque não foi possível proceder ao apuramento, pediu

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

desculpas pelo facto e acrescentou que se tratou de uma situação pontual que não se verificará no futuro. -----

-----**SENHOR DEPUTADO PEDRO BARATA** -----

-----Pedi a palavra, começando por cumprimentar os presentes e pronunciou-se sobre o conteúdo da acta, dado que na página vinte e cinco não constava a sua intervenção sobre o tema “beneficiação dos diques de Valada”.-----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA** -----

-----Disse ao Deputado Eng. Pedro Barata Almeida que podia tentar fazer um apanhado do que tinha dito para, depois, se tentar colocar no documento.-----

-----**SENHOR DEPUTADO PEDRO BARATA** -----

-----Em resposta disse que não se recordava exactamente das palavras utilizadas mas que na gravação deveria estar registada a referida intervenção.-----

-----**SENHOR DEPUTADO FRANCISCO COLAÇO** -----

-----Interveio para se pronunciar sobre aquele assunto porque no seu entendimento existia falta de critério na elaboração da acta, tendo em conta que as deliberações não referiam a votação nominal. -----

-----**SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** -----

-----Pedi a palavra ao Senhor Presidente da Mesa e começou por dizer que não se queria imiscuir nos trabalhos que tinham a ver, exclusivamente, com os Deputados Municipais, mas gostaria de fazer duas referências. -----

-----Neste sentido, referiu que não tinha existido por parte da Mesa qualquer intenção de querer omitir, pois a mesma já tinha feito aquela menção como ponto prévio antes da reunião, ou seja, que aquela situação iria ser alterada para o futuro, considerando o sentido de voto dos Senhores Deputados.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

-----Como segunda referência, sugeriu que cada líder dos grupos parlamentares desse o seu *e-mail* a quem secretariava a Assembleia, para que o projecto de acta fosse enviado e permitisse que a mesma já viesse à Assembleia como acta definitiva.-----

-----**SENHORA DEPUTADA LUÍSA PATO**-----

-----Sobre este assunto, disse que existiam pormenores que não lhe soavam bem e referiu que na intervenção do Senhor Presidente da Câmara existia uma forma verbal que lhe soava mal, pelo que sugeria a sua substituição.-----

-----Acrescentou ainda que em relação à questão do empréstimo dos €480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil euros) devia constar que o mesmo iria ser pago até ao final do ano de 2005, tal como tinha sido afirmado pelo Senhor Presidente da Câmara na sessão da Assembleia Municipal de Dezembro. -----

-----Manifestou a sua discordância quanto ao critério da votação e disse que o mesmo foi distinto no período antes e depois da ordem do dia. -----

-----Neste sentido, referiu que o grupo PSD não iria aprovar aquela acta, porque considerava que aquela lacuna tinha que ser suprida. -----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA** -----

-----Agradeceu a interpelação dos grupos e os respectivos contributos à acta e acrescentou que a mesma era elaborada à semelhança do que se passava noutras autarquias.-----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----Agradeceu à Eng.^a Luísa Pato a anotação ao seu discurso e lembrou que era um homem do povo e admitia que a forma verbal utilizada fosse substituída por uma noção mais erudita de retratar a noção de “existir”. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

-----**SENHOR DEPUTADO PEDRO BARATA ALMEIDA**-----

-----Pedi a palavra e referiu que não iria votar uma acta onde faltava a sua intervenção.-----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----Dirigindo-se à Senhora Deputada Luísa Pato, referiu que, do tempo que tinham como Autarcas, ao serviço da comunidade, já deveriam ter a capacidade para distinguir o essencial do acessório.-----

-----Salientou que, tendo em conta o atraso de uma hora verificado no começo daquela Assembleia, bem como, a discussão que estava a decorrer, considerava um péssimo serviço o facto de a discussão não se centrar no essencial para a comunidade que estavam a servir.-----

-----**SENHORA DEPUTADA LUÍSA PATO**-----

-----Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, referiu que o mesmo só poderia participar ou intervir na Assembleia Municipal a solicitação da mesma, ou para prestar algum esclarecimento, pelo que, no seu entendimento, o Senhor Presidente da Câmara estava a ir para além do que a lei lhe permitia.-----

-----Em segundo lugar, disse que a culpa pelo atraso verificado no início da sessão da Assembleia era da Mesa e de quem assinava a convocatória, sabendo que a mesma não poderia cumprir os prazos legais, dado que o Grupo do PSD se limitava a cumprir a lei.-----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA**-----

-----Depois da discussão da acta submeteu a mesma a votação da Assembleia Municipal.-----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a acta da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 12 de Dezembro de 2005, com 22 votos a favor (19 votos do grupo do PS e 3 votos do grupo da CDU), quatro votos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

contra do grupo do PSD, um voto contra do grupo do Bloco de Esquerda e uma abstenção de Pedro Reis, do PSD, Deputado em substituição.-----

-----**SENHOR DEPUTADO ROGÉRIO COITO**-----

-----Fez uma declaração de voto: -----

-----Referiu que a CDU tinha votado favoravelmente, por não considerar relevantes para a sessão presente, as rectificações à acta propostas pelos grupos do PSD e do BE e de que o texto rectificado deveria vir na próxima acta. -----

-----Disse também, que na próxima acta da Assembleia gostaria que viessem mencionadas as votações, discriminando-se o sentido de voto. -----

-----**SENHOR DEPUTADO PEDRO REIS**-----

-----Fez uma declaração de voto: -----

-----Explicou a sua abstenção pelo facto de não ter estado presente naquele órgão na última sessão. -----

-----**SENHOR DEPUTADO PEDRO BARATA ALMEIDA**-----

-----Fez um voto de protesto por a acta ter sido aprovada por vinte e duas pessoas, sabendo que uma intervenção não constava nela. -----

-----Acrescentou que considerava grave o que se tinha passado naquela Assembleia Municipal. -----

-----**PRIMEIRO SECRETÁRIO FERNANDO SANTOS**-----

-----Informou que eram dezoito horas e trinta minutos e que iriam entrar no período antes da ordem do dia. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

-----**SENHOR DEPUTADO DÉLIO MODESTO PEREIRA**-----

-----Pedi a palavra à Mesa e manifestou um voto de solidariedade da CDU para com os trabalhadores da “Metalgrupo” e famílias.-----

-----Teceu alguns comentários e salientou o facto de aquela empresa ter sido até há dois anos atrás referenciada quer pela Câmara Municipal, quer pela Nersant, como uma empresa piloto do Concelho. -----

-----Referiu que não entendia esta falência uma vez que a empresa, pelo facto do gerente ser membro destacado da direcção da Nersant, tinha beneficiado de fundos comunitários e questionou até quem tinha beneficiado destes apoios, pois no seu entendimento, não tinham sido certamente os trabalhadores. -----

-----Disse que para além dos erros de gestão que, provavelmente, tinham levado a empresa àquela situação, o que os deixava estupefactos era que, segundo constava, nos terrenos onde a fábrica laborava iriam ser apresentados projectos imobiliários. -----

-----No seu entendimento, tudo seria possível, uma vez que se tratava de uma área de cinquenta mil metros quadrados, localizada numa zona apetecível da cidade junto ao Campo de Futebol e ao Complexo Desportivo da Quinta das Pratas, pelo que não os surpreenderia a especulação imobiliária que os terrenos pudessem gerar. -----

-----Concluiu dizendo que aquela era uma inquietação que deixavam à Assembleia para um debate possível sobre as novas indústrias do Concelho do Cartaxo.

-----**SENHORA DEPUTADA HÉLIA BAPTISTA**-----

-----Pedi a palavra para relembrar que era necessária a ligação dos semáforos em frente à Escola Secundária.-----

-----Questionou, ainda, o Executivo Municipal sobre as medidas que pretendia tomar quanto à nova política da educação anunciada pela Senhora Ministra da Educação, no sentido de fechar algumas escolas do 1º Ciclo com menos de 20 alunos,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

tendo em conta que existe no concelho, pelo menos, uma escola com menos de vinte alunos. -----

-----Referiu ainda que o «Conselho Municipal da Educação» deveria se pronunciar sobre aquela matéria.-----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----Relativamente à questão da CDU sobre a Metalgrupo, esclareceu que não iria existir nenhum projecto imobiliário, porque o actual PDM qualificava aquele espaço como industrial.-----

-----Referiu que a deliberação de Câmara de 9 de Maio de 2005 sobre este assunto tinha sido num contexto única e exclusivamente de viabilizar a empresa. Actualmente e após o processo de falência da Metalgrupo, a questão já não se colocava.

-----Salientou que aquele espaço fazia parte da massa falida, com acompanhamento por um liquidatário judicial, ou seja, houve uma alteração significativa das circunstâncias, que já não tinha enquadramento na deliberação de Câmara de Maio de 2005.-----

-----Reafirmou que não iria existir nenhuma viabilização do projecto imobiliário no actual PDM porque seria um acto ilegal.-----

-----Relativamente à questão dos semáforos, disse que a Câmara assumia as suas responsabilidades mas que, naquele caso, a responsabilidade não era da Câmara, mas sim da EDP.-----

-----Salientou que já tinham sido feitas dezenas de ofícios no sentido de se resolver o problema e referiu que iriam tentar garantir que o mesmo fosse resolvido o mais rápido possível. O grande “passo em frente” já tinha sido dado pela Câmara, apesar das actuais dificuldades, ao colocar os semáforos para a segurança das crianças, seguindo as propostas emanadas por aquela Assembleia.-----

-----Em relação às Escolas Básicas do 1º Ciclo, referiu que o Dr. Pedro Ribeiro iria abordar aquele tema, mas que, de momento, não tinham nenhuma indicação. Disse que, no entanto, na semana seguinte iria existir uma reunião com a DREL onde iriam abordar o assunto.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

-----No que respeita ao «Conselho Municipal da Educação» referiu que o Dr. Pedro Ribeiro lhe tinha transmitido que já estava agendada a realização do mesmo.-----

-----**SENHOR VICE – PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** -----

-----Acrescentou que «Conselho Municipal da Educação» iria ser essencialmente temático, mas que estava na ordem do dia «as respostas sociais no Município do Cartaxo» e também um ponto, chamado «outros assuntos» de relevante interesse para o Município, onde aquele assunto seria discutido e seria também apresentada uma proposta de uma tomada de posição do Município.-----

----- **SENHORA DEPUTADA MARIA EMÍLIA SOARES** -----

-----Questionou o Dr. Pedro Ribeiro se não iria estar presente um representante do Pré-Escolar no «Conselho Municipal da Educação».-----

-----**SENHOR VICE – PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** -----

-----Esclareceu que o «Conselho Municipal da Educação» conforme estava estipulado já se deveria ter realizado e que tinham vindo a adiar por faltar um representante do pré-escolar e um representante das IPSS do Concelho, o qual seria eleito na próxima sexta-feira na reunião do CLAS (Conselho Local de Acção Social).--

-----Disse ainda, que não podiam aguardar mais pelo representante do Pré-Escolar e, por isso, tinha sido agendado o «Conselho Municipal da Educação» com os representantes já designados.-----

-----**SENHOR DEPUTADO FRANCISCO COLAÇO** -----

-----Questionou o Executivo sobre o cumprimento do prazo de pagamento do empréstimo a curto prazo contraído em 2005, ou seja, se o mesmo tinha sido pago no prazo negociado inicialmente com a entidade bancária e quais os custos financeiros para a Autarquia no caso de incumprimento. No caso de os haver a quem se deveria atribuir responsabilidades. E se esta dívida a curto prazo não poderia ter sido renegociada para uma dívida de médio/longo prazo.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

-----Em relação ao esclarecimento que o Senhor Presidente tinha dado à bancada da CDU, questionou ainda se estava pensada para breve uma revisão do PDM.

-----**SENHORA DEPUTADA LUÍSA PATO**-----

-----Alertou o Executivo da Câmara Municipal para o estado das bermas em frente às chamadas «moradias do Nelson», dada a possibilidade de ocorrência de acidentes.-----

-----Salientou a entrevista do Senhor Presidente de Câmara à «Rádio Cartaxo», no que concerne às desclassificações da Estrada Nacional n.º3 e da 362-2, quando afirma que não foi possível negociar com o IEP à semelhança do que também não se tinha conseguido com a 365-2.-----

-----Relembrou o Senhor Presidente que o troço da Nacional n.º 3 tinha sido entregue à Câmara completamente reparado, assim como, a rotunda do LIDL e que naquele caso tinha sido possível negociar com o IEP, o que lhe causava alguma estranheza que só agora é que a Câmara não conseguia negociar.-----

-----Solicitou mais uma vez a documentação referente à capacidade de endividamento da Câmara, que ainda não tinha sido entregue.-----

-----Relativamente à «Metalgrupo» disse que em reunião de Câmara se absteve sobre a alteração de uso do solo daquele espaço pelo que estava perfeitamente à vontade para dizer que, pessoalmente, era contra a mudança de uso do solo onde estava implantada a Metalgrupo.-----

-----Desafiou o Senhor Presidente para que levasse à próxima reunião de Câmara uma proposta de anulação da deliberação da reunião de Câmara onde foi decidido alterar o uso de solo.-----

-----Quanto à decisão tomada pela maioria socialista do Executivo de suspender o PDM na zona do Pinhal da Rola para legalizar uma situação ilegal, referiu não deixar de achar graça ao facto de a Câmara Municipal ter um parecer de uma firma de advogados e, não satisfeita, ter solicitado outro parecer a outra firma de advogados, com o argumento de esta não ter qualquer relação com o Concelho.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

-----Referiu que uma das hipóteses do parecer apontava pela suspensão do PDM com carácter preventivo, o que significava, no seu entendimento, prevenir um mal, a medida preventiva devia ser aplicada numa determinada zona em que o PDM permitia a construção e o município não o pretendia por estar em fase de revisão do PDM.-----

-----Entende que no caso concreto não se trata de uma medida preventiva mas antes uma medida saneadora tendo em conta que o mal estava feito, existindo casos semelhantes no Concelho não percebia porque é que a suspensão do PDM tinha sido feita apenas para a Hidra. Solicitou a fundamentação jurídica que tinha levado a Câmara Municipal a suspender o PDM com medidas preventivas neste caso concreto.--

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:**-----

-----Informou o Senhor Deputado Francisco Colaço que, naquele momento, estava em curso a revisão do PDM e que existia uma comissão de acompanhamento determinada pela CCDRLVT e pelas entidades competentes. Acrescentou que, ainda não tinham em mão uma proposta base de revisão do PDM, incluindo revisão de REN e RAN, mas que pensava que até Abril, Maio tinham condições de ter aquela proposta para levarem a conhecimento da Câmara, Assembleia Municipal, Presidente de Junta e restantes autarcas, para depois passarem a uma fase de discussão pública e de apresentação junto dos Ministérios.-----

-----Agradeceu à Senhora Deputada Luísa Pato as recomendações referentes às bermas da Estrada Nacional n.º 3 -----

-----Quanto às afirmações da Senhora Deputada em relação ao processo de desclassificação da estrada Nacional n.º 3 solicitou que esta lhe entregasse a documentação comprovativa que a referida estrada tinha sido entregue, reparada e com beneficiação, para ficar a constar dos arquivos da Câmara porque estes não possuíam essa mesma informação acerca dessa contrapartida. -----

-----Sobre estas afirmações da Senhora Deputada Luísa Pato acrescentou que a actual Câmara e as Câmaras anteriores já tinham dado provas da capacidade de negociar com o Estado pelo menos desde que era Presidente existiam boas negociações

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

com o Estado de projectos para o Concelho incluindo a Variante à E.N. 365-2, o Viaduto da Ponte do Reguengo, as desclassificações de Estradas e outros tais como o viaduto de Santana, a 114-2, o Nó Directo, o troço para o Setil, a Nacional 3-2, a Nacional 3-3.-----

-----Em relação à Hidra, referiu que tendo em conta a decisão difícil todos os pareceres jurídicos eram importantes depois do gabinete jurídico se ter pronunciado, dado tratar-se de uma decisão adiada desde 1997.-----

-----No seu entendimento como Autarca e assumindo as responsabilidades, considerou que existiram várias entidades, naquela matéria a cometerem erros desde a própria Câmara quando em 1997 se pronuncia sobre este assunto e em 1998 não a configurou em PDM; a própria CCDRLVT, que no seu entendimento, e no entendimento de alguns juristas não esteve bem quando emitiu uma certidão de autorização de localização, quando o PDM não permitia a localização de uma unidade industrial; e ainda, o Ministério da Economia que tinha admitido e aceite a existência da empresa e a sua laboração. -----

-----Salientou que ele próprio até tinha ido longe quando aplicou uma coima de cinquenta mil euros (dez mil contos), e que com a devida ressalva de entendimento legal e jurídico de separação de poderes, o Tribunal do Cartaxo reduziu uma coima aplicada pela Câmara Municipal de cinquenta mil euros (dez mil contos), para cinco mil euros (mil contos) quando estava em causa a maior punição que a Câmara tinha feito. Na sua opinião, o Juiz com as circunstâncias que tinha na mão, podia ter dado, pedagogicamente, uma lição diferente porque se tratava de punir o prevaricador. -----

-----Sobre esta questão ainda, referiu que era um processo antigo e que quando foi à reunião de Câmara tinha tido o cuidado de referir que tinha sido com circunstâncias específicas que a mesma tinha que ser viabilizada e que tinha sido decidido viabilizar daquela forma, com medidas preventivas, pela suspensão e revisão simplificada do P.D.M. -----

-----Salientou que os argumentos utilizados tinham sido referentes ao emprego, neste enquadramento as medidas preventivas eram utilizadas num processo de suspensão de PDM que estava a decorrer na CCDRLVT servindo para evitar que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

naquela área se desenvolvesse qualquer outra intervenção que não fosse aquela para o qual tinha sido suspenso o PDM.-----

-----Acrescentou que em relação a este assunto depois dos múltiplos pareceres jurídicos, concluíram que existiam três hipóteses consubstanciadas, técnica e juridicamente, uma era a demolição, outra era viabilizar a Hidra no enquadramento da revisão do PDM em 2008, o que significava que iria estar em condições de ser licenciada e a outra era tomar aquela atitude atentas as circunstâncias conforme tinha referido.-----

----- Salientou que a decisão da Câmara, por maioria, tinha sido viabilizar a empresa com base na suspensão do PDM e no estabelecimento de medidas preventivas, que tinha sido claro que todos os elementos da Câmara, até mesmo aqueles que tinham aprovado aquela decisão, tinham sentido algum “incómodo”, mas como era um problema do passado tinha que ser resolvido, com os dados que tinham “nas mãos”.----

-----Acrescentou ainda que gostava de tomar decisões, difíceis ou não, e que na reunião de Câmara tinha tornado público, que para si só tinham existido duas situações “difíceis” na Câmara, uma tinha sido a Hidra e a outra tinha sido a aprovação da Alameda Norte, naquele troço que estava junto à bomba da ESSO. Disse que tinham sido as duas situações que mais questões de princípios tinham levantado no momento de tomar a sua decisão. -----

-----Na sua opinião, seria pior aprovar a Hidra na revisão de PDM em 2008, porque se tratava de uma questão herdada que tinha que ser resolvida e se fosse aprovada em revisão normal do PDM a mensagem que passavam para o exterior, era de que qualquer prevaricador sabia que numa futura revisão do PDM, iria ter o seu problema resolvido ou a sua situação potencialmente regularizada. -----

-----Referiu que tinha estado na dúvida entre as duas posições, excluindo a demolição, porque estava em causa a criação de postos de trabalho e de investimento, de criação de riqueza e emprego, e que já tinha conversado com o Autarca da freguesia e que a população e a comunidade tinham compreendido a viabilização de uma unidade daquela natureza não poluente. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

-----Salientou que, apesar de lhe custar a tomar estas decisões difíceis, o pior era não tomar decisões, nada fazer sobre uma circunstância e uma situação que existia, ou pior ainda, de não saber quais as decisões que tomava. -----

-----**SENHORA VEREADORA DRA. RUTE OURO:** -----

-----Começou por esclarecer que não existia incumprimento legal em relação ao empréstimo a curto prazo, porque a contratualização do empréstimo datava de 31 de Março de 2005 e decorridos 10 meses tinha que ser liquidado até 31 de Janeiro de 2006, pelo que não existia qualquer custo inerente àquela situação e que a dúvida suscitada se prendia com a data enunciada nos mapas de suporte ao orçamento que por lapso não estava correcta. -----

-----Quanto à possibilidade das autarquias negociarem um empréstimo de curto para longo prazo informou que, face às restrições impostas pela legislação, tal não era possível. -----

-----**SENHORA DEPUTADA LUÍSA PATO:** -----

-----Respondeu que do orçamento apresentado para discussão em Dezembro, constava a data de contratualização de Fevereiro. -----

-----Considerou grave o facto de terem trazido um documento com uma data errada para discussão na Assembleia. -----

-----Em relação à Hidra, disse que o Senhor Presidente tinha mudado a sua forma de pensar porque em 8 de Setembro de 2004, pensava exactamente o contrário, quando afirmou que, que aquela decisão deveria passar por uma revisão do PDM e não por uma alteração simplificada. -----

-----Referiu que tinha feito um desafio ao Senhor Presidente de apresentar na próxima reunião de Câmara uma proposta para anular a decisão tomada no Executivo anterior, de que também tinha feito parte, para que não fossem invocados direitos adquiridos sobre decisões tomadas pela Câmara Municipal como no caso da Hidra.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

-----**SENHOR DEPUTADO DÉLIO MODESTO PEREIRA:**-----

-----Questionou o Senhor Presidente sobre a decisão da Câmara no alargamento dos horários de funcionamento dos supermercados Modelo e Intermarché, na sequência das queixas apresentadas pelos funcionários das duas superfícies comerciais que segundo afirmam, esta decisão os iria obrigar a trabalhar aos Domingos e Feriados, não em regime excepcional, mas normal.-----

-----**SENHORA DEPUTADA MARIA EMÍLIA SOARES**-----

-----Pedi autorização à mesa para falar do Dia Internacional da Mulher – 8 de Março e disse que existiam três ou quatro mulheres na Assembleia Municipal e como Mulher tinha uma palavra a dizer.-----

-----Na sequência desta introdução começou a ler o seguinte:-----

-----“*Considerando que:*-----

-----*As comemorações do 8 de Março – Dia Internacional da Mulher – devem ser aproveitadas para promover uma reflexão, designadamente das mulheres sobre a sua situação na sociedade;*-----

-----*Com o 25 de Abril de 1974 foi possível, com a luta das mulheres, alcançar importantes direitos e a sensibilização da sociedade em geral para a necessidade de se construírem condições propiciadoras da dignificação do estatuto da mulher com igualdade de oportunidades, como parte integrante do progresso civilizacional;*-----

-----*Nos últimos anos, de forma mais acentuada e como consequência da adopção de políticas liberais por parte dos governos, se tem vindo a degradar profundamente a situação da mulher portuguesas, com a desregulamentação das relações de trabalho e o crescimento preocupante da pobreza e desemprego femininos;*

-----*Portugal é dos poucos países da Europa (apesar de recomendações internacionais), onde continua a persistir o aborto clandestino em condições de risco para a saúde da mulher, sobretudo das camadas jovens bem como das mais desfavorecidas da população;*-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

-----Perante o crescimento dramático de tráfico de seres humanos na Europa e que já se faz sentir também em Portugal, o Governo em vez, de forma articulada e corajosa, implementar programas estratégicos para contrariar e combater o sórdido negócio da prostituição, pretende legalizá-la no sentido de a considerar uma profissão.

-----Assim a Bancada da CDU propõe: -----

-----1. Saudar todas as Mulheres Portuguesas (em particular as residentes no Concelho do Cartaxo) e exortá-las à luta pela igualdade de oportunidades em todas as esferas da sociedade; -----

-----2. Reclamar dos Órgãos de Soberania competentes e outros órgãos do poder político a promoção de políticas económicas sociais e culturais que visem combater o desemprego, a precariedade e a pobreza e assegurar a participação em igualdade das mulheres; -----

-----3. Apelar à Assembleia da República para que aprove, rapidamente, legislação que permita a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, sem recurso a referendo, pois tem toda a legitimidade para o fazer.-----

-----4. Reivindicar a implementação de programas de acção contra o tráfico de mulheres e crianças para a prostituição e pornografia contra todas as tentativas de aviltamento da dignidade da mulher.” -----

-----Para finalizar, referiu que era uma proposta da Bancada da CDU mas que gostava que a Mesa entendesse que devia passar a ser uma Moção da própria Assembleia e divulgada na Comunicação Social.-----

-----**SENHOR DEPUTADO JOSÉ GAMEIRO**-----

-----Começou por dizer que contestava a forma hábil e pouco respeitosa como a colega da CDU apresentou a moção, ultrapassando tudo e todos, e todas as entradas na mesa e que gostava que a moção fosse repetida ou que existisse um documento para a poderem analisar conforme tinha sido acordado na sessão anterior. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

-----**SENHORA DEPUTADA MARIA EMILIA SOARES**-----

-----Pedi desculpa à Mesa e ao Senhor Deputado José Gameiro e acrescentou que não tinha sido com intenção, pois não se tinha lembrado daquilo que tinha referido na última sessão, mas em relação à observação do Senhor Deputado até a aceitava bem se não estivesse por detrás algum “marialvismo”.-----

-----**SENHOR DEPUTADO JOSÉ ARRUDA**-----

-----Disse que atendendo a que existiam outras Moções, deviam relegar aquela Moção para a discussão com as outras, porque também tinham sugestões a apresentar.-----

-----**SENHOR DEPUTADO FERNANDO SANTOS**-----

-----Esclareceu que tinham entrado na mesa, quatro moções do PS mais duas propostas do PS, três recomendações do Bloco de Esquerda e uma proposta do PSD. ---

-----**SENHOR VICE-PRESIDENTE PEDRO RIBEIRO**-----

-----Sobre a questão que estava a ser discutida disse que, mais uma vez, não se queria imiscuir nos trabalhos da Assembleia mas que, no seu entendimento, os documentos que tinham dado entrada na mesa deviam ter prioridade sobre todas as outras intervenções.-----

-----Relembrou que existia um número de entrada na Mesa, o qual se devia obedecer na discussão de documento a documento e, então depois, se sobrasse tempo seria dada a palavra à Assembleia pois, muitas vezes, não existia tempo para discutir todos os documentos porque o período antes da Ordem do Dia estava esgotado. -----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**-----

-----Quanto à questão do Modelo e Intermarché disse que compreendia os argumentos que tinham sido apresentados, mas que aquela era uma matéria relacionada com as empresas e que a Câmara se tinha limitado a aprovar um alargamento do horário para aqueles estabelecimentos poderem funcionar ao Domingo. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

-----Na sua opinião, referiu que, infelizmente, viviam num país que quando não existia trabalho as pessoas protestavam mas quando existia trabalho a mais, as pessoas também protestavam e que face à actual conjuntura de desemprego, a sua posição pessoal e política sobre o protesto apresentado pela atitude da Câmara no sentido de alargamento do horário de trabalho era quase como um desrespeito pelos seiscentos mil desempregados. -----

-----Salientou que este assunto dizia respeito às empresas e não dizia respeito à Câmara. Era isso sim, importante que se salvaguardasse também os direitos dos trabalhadores, a Câmara tinha-se limitado a autorizar, tal como já tinha acontecido anteriormente com o Modelo. -----

-----Relativamente àquilo que a Deputada Luísa Pato tinha referido, no caso da Metalgrupo, disse que não entendia que fosse necessário fazer qualquer alteração ao uso do solo, mas que se essa fosse e pelos vistos era, a perspectiva do PSD, o PSD que apresentasse em Câmara essa alteração ao uso do solo pois seria o primeiro a subscrevê-la. -----

-----No que respeita à Hidra disse que sempre tinha sido muito coerente e pediu que fosse reposta a verdade ou que fossem apresentados os factos tal como tinham ocorrido. -----

-----Em dois mil e quatro tinha sido contra a revisão simplificada do PDM porque o empresário tinha construído uma unidade fabril com cerca de duzentos mil contos desrespeitando a Câmara e se na altura, tivesse decidido pela revisão simplificada estaria a dar um péssimo exemplo à comunidade.-----

-----Acrescentou que 2006 as circunstâncias tinham sido alteradas, pelos argumentos que há pouco tinha aduzido ao processo e que tinha tomado uma decisão em conjunto com a maioria da Câmara. -----

-----Para rematar a questão da Hidra, disse que considerava uma hipocrisia política o PSD estar a falar sobre a Hidra porque deviam analisar os factos. Em 1997 o PSD tinha aprovado também a questão da Hidra e os Vereadores do PSD, também tinham tido a competência de rever o PDM e não o tinham feito. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

-----**SENHORA DEPUTADA LUÍSA PATO**-----

-----Referiu que na reunião do Executivo de sete de Julho de mil novecentos e noventa e sete, quer o Executivo, quer o PSD salvaguardaram as suas decisões, uma vez que o PSD entendeu que aquele investimento devia ser aprovado desde que não interferisse ecologicamente com a zona e a Câmara entendeu que aquele investimento era contíguo à povoação dos Casais Lagartos onde já existiam duas unidades de média dimensão e deliberou por unanimidade reconhecer de grande interesse para o desenvolvimento local a construção da citada unidade industrial uma vez que iria criar entre cinquenta a oitenta postos de trabalho devendo, no entanto, ser devidamente preservada a área envolvente, assim disse que não percebia a actual decisão. -----

-----Referiu que o parecer de dois mil e quatro dizia ao Senhor Presidente, bem como a todo Executivo que a Câmara tinha razão e o Senhor Presidente tinha ido à procura de outro parecer que lhe tinha dado abertura para legalizar as edificações construídas ilegalmente. -----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**-----

-----Esclareceu que tinha sido o Senhor Vereador do PSD, numa reunião de Câmara que lhe tinha dado a informação que a fábrica estava em laboração sem a respectiva licença. -----

-----Considerou a atitude do PSD uma hipocrisia política pelo facto de não ter resolvido um problema que estava criado desde mil novecentos e noventa e sete. -----

-----Disse que tinha sido a Câmara de mil novecentos e noventa e sete, que preparou a revisão do PDM e que tinha que ter contemplado e configurado aquela intenção de investimento e que ao não fazê-lo criou o problema. Clandestinamente tinha sido implementada uma unidade num terreno que o PDM não permitia mas se o PDM permitisse, o problema já não existia e, naturalmente, toda a gente iria estar satisfeita com os empregos criados. -----

-----Referiu que em dois mil e seis o que a Câmara tinha feito e bem, face a uma circunstância própria tinha sido resolver um problema antigo e que aquela matéria

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

era uma matéria clara pelo que considerava que a comunidade sabia muito bem daquilo que estavam a falar. -----

-----Disse que a Câmara tinha resolvido um problema e que tinha resolvido com a responsabilidade que lhe era dada, pois quantos pareceres jurídicos não tinham sido feitos, quantos pareceres técnicos, se perguntassem à DPAU quantas vezes é que não se interrogou pela existência de direitos adquiridos por parte do proprietário e relembrou a engenheira das vezes que o chefe de Divisão tinha referido nas reuniões do executivo da qual fazia parte, das dúvidas quanto a esta matéria, de existir, ou não direitos adquiridos. -----

-----Disse ainda, que infelizmente existiram situações em que não tinha ido a tempo de intervir porque caso o tivesse feito, provavelmente a Alameda Norte era a direito e não às curvas. -----

-----**SENHOR DEPUTADO FERNANDO RAMOS** -----

-----Pedi autorização à Mesa para levar a conhecimento uma questão suscitada relativamente ao autocarro da Junta de Freguesia de Vale da Pinta, por um Vereador do PSD, numa reunião da Câmara, de um assunto que não era da sua competência, nem da Câmara Municipal, mas unicamente da competência da Junta de Freguesia. -----

-----Referiu que, lamentavelmente, na semana transacta a esta reunião a Brigada de Trânsito tinha mandado parar o autocarro para o fiscalizar e que, mais grave ainda, tinha entrado um militar da G.N.R. no autocarro, para perguntar às pessoas se estavam a pagar pelo transporte. -----

Informou que a Junta tinha um regulamento sobre a utilização do autocarro que previa a utilização deste com fins não lucrativos e comerciais, mas que previa a entrega de um donativo na junta de freguesia para fazer face às despesas do mesmo. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

-----PRIMEIRO SECRETÁRIO FERNANDO SANTOS-----

-----Começou por ler a moção apresentada pelo grupo do Partido Socialista: -

-----“**Dinâmica Social**-----

-----*Nos termos da alínea a), do Artigo 16º do Regimento em vigor, vem o Grupo Parlamentar do Partido Socialista manifestar a satisfação pelo inestimável apoio e incentivo da Câmara Municipal do Cartaxo às colectividades culturais e desportivas, no nosso Concelho.*-----

-----*Efectivamente, o associativismo cultural e desportivo assume um papel determinante no desenvolvimento cultural e desportivo do Concelho. Actualmente, constatamos que, na verdade, os maiores apoios nas mais variadas vertentes, são provenientes das Autarquias.*-----

-----*Atendendo a esta realidade, e tendo em conta as dificuldades económico-financeiras, o PS saúda todos os dirigentes pelo empenho e dedicação e enaltece o esforço que a Câmara Municipal do Cartaxo, uma vez mais, desenvolve em prol das colectividades, através dos programas de apoio definidos em Protocolo, nomeadamente, no que diz respeito a investimentos em infra-estruturas, formação, apoios a institutos de menor dimensão e valorização das verbas dirigidas a outras modalidades para além do futebol.*-----

-----*Propõe-se que esta Moção seja divulgada nos órgãos de Comunicação Social Locais e Regionais.*-----

-----*Cartaxo, 22 de Fevereiro de 2006”*-----

-----SENHOR DEPUTADO PEDRO REIS-----

-----Começou por referir que a moção apresentada, em termos de conteúdo, tinha pouco “sumo”. Os factos que vinham explanados na mesma, nomeadamente, o apoio ao associativismo e às colectividades do Concelho, eram da competência da Câmara Municipal.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

-----Questionou o Senhor Presidente da Câmara e Vereadores com competências delegadas, se as verbas a atribuir pela Câmara Municipal a todas as colectividades do Concelho, protocoladas ou não, estavam todas em dia. -----

-----Referiu que depois de ter sido mencionado naquela Assembleia o que era fundamental e o que era acessório, estavam a perder tempo a aprovar moções onde estavam explanadas as competências da Câmara Municipal. Acrescentou que aquela era uma consideração muito pessoal e política da sua parte.-----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----No que respeita às verbas atribuídas às colectividades, informou que as mesmas ainda não estavam todas pagas, mas que a curto prazo iriam estar. -----

-----Referiu que deveria ser valorizada a quantidade significativa de apoio que tinha sido feita em tempos extremamente difíceis e que tinham começado há dois, três ou quatro anos. Salientou que o Município do Cartaxo nunca tinha deixado de apoiar a dinâmica social e que aquele era um facto reconhecido pela população e pelas colectividades. -----

-----Na sua opinião não lhe competia a si estar a valorizar ou não uma moção apresentada por um grupo parlamentar mas referiu que, efectivamente, o Município agradecia algum reconhecimento pelo trabalho desenvolvido em prol do associativismo. -----

-----**PRIMEIRO SECRETÁRIO FERNANDO SANTOS**-----

-----Submeteu a moção “Dinâmica Social” e deliberação da Assembleia. -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar, por maioria, a moção apresentada pelo grupo PS sobre «Dinâmica Social», com 14 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 3 votos contra da CDU e 4 abstenções do PSD.-----

-----**SENHOR DEPUTADO PEDRO REIS**-----

-----Fez uma declaração de voto:-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

-----Referiu que o sentido de voto do grupo parlamentar do PSD tinha sido a abstenção, em primeiro lugar, porque o mencionado na moção era uma obrigação e uma competência da Câmara Municipal e, em segundo lugar, porque existiam muitas colectividades do Concelho do Cartaxo que passavam sérias dificuldades financeiras e até logísticas, devido a falta de pagamentos de valores protocolados pela Câmara Municipal do Cartaxo.-----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----Começou por referir que não se podia admitir que um Autarca fizesse a referência, como o Dr. Pedro Reis tinha feito, de que as dificuldades financeiras de uma colectividade se deviam ao atraso de pagamento por parte da Autarquia. -----

-----Salientou que aquele tipo de raciocínio era de um “pedantismo” porque, no fundo, os levava a crer que deviam continuar com a “subsídio-dependência”, o que pedagogicamente era péssimo, pelo que não entendia qual era a sociedade de valores que o PSD pretendia criar. -----

-----Acrescentou que, fazer passar na comunidade a mensagem de que as dificuldades económicas das colectividades provinham do atraso dos pagamentos da Câmara, era um péssimo trabalho social e uma ausência total de consciência política. --

-----**SENHOR DEPUTADO PEDRO REIS**-----

-----Disse que a sua maneira de conceber a sociedade não era, provavelmente, tão diferente da do Senhor Presidente da Câmara e referiu que, relativamente à sua intervenção no caso do «Modelo», não tinha percebido muito bem se o Senhor Presidente era socialista ou neo-liberal. -----

-----Relativamente à “subsídio-dependência” referiu que, muitas vezes, o mesmo era criado pelo próprio Município, pela própria figura do Senhor Presidente. Acrescentou que, se fossem mais longe, existiam certas colectividades no Concelho do Cartaxo, que delineavam o seu plano de actividades para o ano seguinte, tendo em conta os valores protocolados pela Câmara Municipal. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

-----Disse que estava em acta (em algumas Assembleias de Freguesia da sua Freguesia de Pontével) que se devia fazer o contrário, ou seja, despromover a “subsídio-dependência”.-----

-----No seu entendimento, as colectividades deveriam ter meios próprios para se financiarem. Referiu que no Concelho existiam muitas colectividades que se auto-financiavam, porque infelizmente existiam colectividades “filhas” e outras “enteadas”.

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA**-----

-----Leu a segunda moção sobre o tema «Presidência Activa», apresentada pelo Grupo do PS:-----

-----“*Presidência activa*”-----

-----*Nos termos da alínea a), do Artigo 16º do Regimento em vigor, vem o Grupo Parlamentar do Partido Socialista manifestar o seu regozijo pela iniciativa do Presidente da Câmara Municipal, Paulo Caldas, que pretende iniciar com todo o Executivo Camarário, no próximo mês de Março, um conjunto de Presidências Activas sectoriais pelo Concelho.*-----

-----*O PS considera que esta orientação estratégica, que vai proporcionar uma maior aproximação dos autarcas com a população local, valoriza o papel do autarca em melhorar os níveis de resposta às expectativas e necessidades que os munícipes desejam, merecem e precisam.*-----

-----*O PS considera ainda que, face às dificuldades sentidas resultantes de um contexto de situação económico-financeira pouco favorável, esta iniciativa é uma oportunidade para contribuir para o conhecimento da dimensão e caracterização dos vários problemas existentes que afectam a população do Concelho, sendo igualmente importante para a valorização da discussão, numa lógica de desafio colectivo.*-----

-----*O PS considera ainda importante que, para além do Executivo Camarário, esteja envolvida neste trabalho de cooperação a Assembleia Municipal do Cartaxo, no sentido de, conjuntamente, valorizarem os projectos estratégicos para o Concelho.*-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

-----*Propõe-se que esta Moção seja divulgada nos órgãos de Comunicação Locais e Regionais.*-----

-----**SENHOR DEPUTADO FRANCISCO COLAÇO**-----

-----Referiu que a moção apresentada tinha como eixo orientador da sua apresentação o nome do Senhor Presidente da Câmara e, na sua opinião, as opções políticas deveriam ser vistas no cômputo geral, no que pudesse advir delas para a população e para o Concelho. -----

-----Concluiu dizendo que o Bloco de Esquerda iria ser obrigado a votar contra, porque não iriam fazer votos de elogio à obra do Senhor Presidente da Câmara, independentemente de concordarem ou não com as atitudes políticas. -----

-----**SENHORA DEPUTADA LUÍSA PATO**-----

-----Em relação à moção apresentada, referiu que o PSD tinha vindo a ser posto de parte em todas as decisões tomadas pelo Senhor Presidente da Câmara e que o mesmo comunicava as suas decisões, em primeiro lugar à Comunicação Social e só depois à Vereação, sem auscultar o que aqueles pensavam, pelo que o PSD iria votar contra.-----

-----**SENHORA DEPUTADA MARIA EMÍLIA SOARES**-----

-----Sobre a moção apresentada disse que existia algum défice democrático da parte da Autarquia, no que respeitava à participação dos membros do Executivo e referiu que já na legislatura anterior lhe parecia que andavam a fazer elogios e questionou se seria para lavar a imagem de “alguém”.-----

-----Na sua opinião, não era verdade que a oposição não apresentava propostas e referiu que o Senhor Presidente se antecipava sempre e sonegava muitas “coisas”, sem as participar aos membros do Executivo. -----

-----Em conclusão, referiu que era completamente contra andarem a elogiar a Câmara, pois a Câmara tinha sido eleita, tinha uma missão e tinha que trabalhar. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

-----Dirigindo-se aos Senhores Deputados do Partido Socialista apelou a que os mesmos trouxessem coisas novas e que não trouxessem apenas elogios. -----

-----**SENHOR DEPUTADO JOSÉ ARRUDA**-----

-----No que respeitava às «Presidências Activas» esclareceu que, à parte da questão de gostarem ou não de elogiar a iniciativa em si, a proposta do grupo do PS era no sentido de levar a Assembleia Municipal a participar naquele tipo de iniciativas. ----

-----Em relação à questão de o grupo do PS não apresentar propostas, disse que aquela afirmação não era verdadeira, pois o grupo do PS tinha apresentado propostas logo na primeira Assembleia e também naquela. Referiu que tinham ali uma proposta concreta de trabalho, pelo que, não podiam ser acusados de não desenvolver trabalho. -----

-----Referiu, ainda, que os Senhores Deputados estavam num papel de fazer oposição e de crítica, e que eles, pelo contrário, estavam noutro papel. Acrescentou que a sua função, enquanto Deputados do grupo PS era diferente, mas que estavam ali para trabalhar e que tinham vindo a mostrá-lo, pelo que deveriam respeitar o trabalho que faziam. -----

-----**SENHOR DEPUTADO MARCO CAETANO**-----

-----Começou por referir que aquele tipo de iniciativas deveria merecer algum respeito por parte da oposição e que a iniciativa do trabalho a desenvolver no âmbito das «Presidências Activas» tinha partido do Senhor Presidente da Câmara Municipal, em nome de toda a equipa, pelo que era de louvar a iniciativa, inovadora e importante. -

-----Referiu que esta iniciativa seria uma forma de percorrer todas as freguesias, de promover uma maior proximidade do Executivo à população do Concelho e de sentir melhor as suas necessidades e realidades. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

-----**SENHOR VICE-PRESIDENTE PEDRO RIBEIRO**-----

-----Começou por referir que o Senhor Presidente da Câmara não estava presente naquele momento para se defender, pelo que se iria pronunciar sobre aquele assunto.-----

-----Salientou que, partindo do princípio que aquela moção de elogio seria para “lavar a imagem de alguém”, como tinha dito a Senhora Deputada Maria Emília Soares, também, e em sentido contrário, poderiam partir do princípio que se colocava em foco a crítica para “queimar a imagem de alguém”. No seu entendimento, esta atitude era sempre perigosa em democracia, num debate que se queria saudável e respeitoso entre as forças políticas diferentes, as quais, por serem diferentes, tinham apresentado projectos diferentes aos eleitores, pelo que aquele tipo de afirmações dentro de forças políticas que se deveriam respeitar era sempre um pouco perigosa.-----

-----Relativamente à moção e ao projecto nela contido, afirmou que tinha sido um projecto anunciado em reunião de Câmara e, como tal, participado por todos os elementos da oposição e que, no seu entendimento, aquele projecto ia ao encontro da cultura de proximidade e da participação, que todos tinham defendido.-----

-----Relativamente à afirmação de que existiria um “défice democrático” por parte da Autarquia, lembrou que quando se falava em Autarquia/Município, se englobava dois órgãos autárquicos, um executivo e outro deliberativo.-----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----Começou por referir que, após a sua breve ausência, não ia falar sobre aquele assunto mas que tinha ficado “arrepido” quando ouviu falar em “lavar imagem”, pois era um termo que considerava triste.-----

-----Referiu que o objectivo das «Presidências Activas» era discutir os problemas das pessoas para tentarem encontrar solução para a maior parte deles.-----

-----Acrescentou que ficava satisfeito por a oposição, neste caso a CDU (que tinha levantado a questão), ter ficado preocupada, porque se já tinham uma política de proximidade, esta política ainda se iria reforçar e tentar traduzir aquilo que era uma

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

estratégica de desenvolvimento que sempre tinha existido do lado do PS e de quem estava na Câmara. -----

-----Referiu que na altura até tinha trocado algumas impressões com o Senhor Vereador Mário Júlio e que este lhe tinha dito “até parece que nós temos espiões na CDU”. Este tinha sido o termo utilizado pelo Senhor Vereador, porque a CDU também ia fazer uma reunião descentralizada em Pontével. -----

-----Por fim, disse que a proximidade podia apoquentá-los, porque quando estavam mais próximos das pessoas, estavam mais preparados para resolver os seus problemas. -----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA** -----

-----Por não existirem mais intervenções, submeteu o assunto a deliberação da Assembleia. -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a Moção apresentada pelo grupo PS relativa a «Presidência Activa», com 19 votos a favor (16 votos do PS e 3 votos da CDU) e 5 votos contra (4 votos do PSD e 1 do BE). ----

-----**SENHOR DEPUTADO FRANCISCO COLAÇO** -----

-----Fez uma declaração de voto: -----

-----Referiu que o seu voto contra não significava que fosse contra a ideia da descentralização, pois o BE sempre tinha defendido projectos de democracia participativa e de descentralização. Era um voto contra o carácter pessoal da moção, de elogio ao Executivo. -----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA** -----

-----Leu o seguinte requerimento apresentado pelo grupo do PSD: -----

-----*“O Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia Municipal do Cartaxo requer com carácter de urgência, nos seja fornecida toda a documentação relativa ao empréstimo de 480.000 euros, designadamente:-----*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

-----*Cópias das deliberações dos órgãos autárquicos acerca do referido empréstimo.*-----

-----*Datas das deliberações e das assinaturas do contrato com a entidade bancária, bem como cópia desse contrato.*-----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**-----

-----Disse que a informação solicitada iria ser entregue por escrito.-----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA**-----

-----Informou que tinha dado entrada na Mesa o seguinte protesto do grupo da CDU:-----

-----*“Por não ter sido dado o direito de resposta ao Senhor Presidente da Câmara em relação aos direitos dos trabalhadores dos hipermercados “Modelo” e “Intermarché” do Cartaxo, ao deputado Délio Pereira desta bancada, abandona esta reunião.*-----

-----*Esta é a Democracia que temos”.*-----

-----**PRIMEIRO SECRETÁRIO FERNANDO SANTOS**-----

-----Leu a seguinte nota de protesto apresentada pelo grupo do Bloco de Esquerda:-----

-----*“O Bloco de Esquerda manifesta o seu protesto por lhe ter sido impedido o uso da palavra, que tinha sido pedido atempadamente, tal atitude irá ser denunciada publicamente.”*-----

-----De seguida o senhor secretário leu a moção apresentada pelo grupo do Partido Socialista, intitulada «Nova Ambição»:-----

-----**“Nova Ambição**-----

-----*Nos termos da alínea a), do Artigo 16º do Regimento em vigor, vem o Grupo Parlamentar do Partido Socialista saudar o Presidente da Câmara Municipal e manifestar a grande satisfação pela divulgação do Projecto Nova Ambição – Cartaxo 2020, de enorme importância para o Concelho do Cartaxo e também para a Região.*---

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

-----*O PS enaltece a iniciativa e a coragem da Câmara Municipal de desenvolver este projecto, que visa tornar o Município do Cartaxo num dos vinte Municípios do País com melhor qualidade de vida, até ao ano de 2020.*-----

-----*Apesar das dificuldades sentidas a nível nacional e que se reflectem em todas as actividades da vida quotidiana, o PS reconhece o empenhamento da Câmara Municipal que, nestes momentos difíceis, assume uma postura de desafio colectivo de esperança, determinação e confiança, para responder a novos desafios e oportunidades no Concelho do Cartaxo, para os próximos 15 anos.*-----

-----*O PS entende também que esta agenda para o futuro do Concelho, que envolve investimentos na ordem dos 135 milhões de euros, é fulcral para a afirmação do Município na Região e, por sua vez, de toda a Região de Vale do Tejo no País.*-----

-----*Propõe-se que esta Moção seja divulgada nos órgãos de Comunicação Locais e Regionais.*-----

-----*Cartaxo, 22 de Fevereiro de 2006*-----

-----**SENHOR DEPUTADO FRANCISCO COLAÇO**-----

-----*Relativamente à moção apresentada, referiu que, na sua opinião, o dinheiro da Câmara seria melhor aplicado noutras áreas sociais, mais do que em publicidade “auto-proclamatória”, por isso iria votar contra.*-----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**-----

-----*Informou que a razão da apresentação daquele documento e da forma como tinha sido apresentado, ou seja, como “projecto-âncora”, visão estratégica, medidas e acção, se podia vir a revelar frutífero e muito importante no aproveitamento dos fundos do próximo Quadro Comunitário, de 2007 a 2013.*-----

-----**PRIMEIRO SECRETÁRIO FERNANDO SANTOS**-----

-----*Informou da entrada de mais um requerimento solicitando o prolongamento do período antes da ordem do dia em mais trinta minutos.*-----

-----*De seguida colocou a votação a moção apresentada.*-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a moção «Nova Ambição» apresentada pelo Grupo do PS, com 17 votos do grupo PS, 3 votos contra (2 votos da CDU e 1 voto do BE) e 4 abstenções do grupo do PSD. ----

-----**SENHOR DEPUTADO ROGÉRIO COITO**-----

-----Fez uma declaração de voto:-----

-----Declarou que não tinha votado favoravelmente a moção porque entendeu que se tratavam apenas de processos de intenção que, quando fossem concretizados, seriam avaliados. Disse que não permitiria que, antecipadamente, o PS quisesse fazer publicidade com os “dinheiros” da Assembleia Municipal. -----

-----**SENHORA DEPUTADA LUÍSA PATO**-----

-----Fez uma declaração de voto:-----

-----Justificou a sua abstenção no desconhecimento do projecto em pormenor.

-----Acrescentou que, também para o PSD, o mesmo não passava de um projecto de intenções e referiu que não se sabia onde é que o Município iria buscar cento e trinta e cinco milhões de euros para realizar o projecto. -----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA**-----

-----Leu a seguinte Moção, apresentada pela bancada do PS: -----

-----**“Cartaxo Capital do Vinho**-----

-----*Nos termos da alínea d) do artigo 31º do Regimento da Assembleia Municipal do Cartaxo, o Grupo PS da Assembleia Municipal do Cartaxo, propõe a discussão e votação da seguinte Moção:* -----

-----*O Grupo do Partido Socialista da Assembleia Municipal do Cartaxo vem apoiar as iniciativas da Câmara Municipal no âmbito do Projecto Cartaxo Capital do Vinho.* -----

-----*O projecto Cartaxo – Capital do Vinho, nasceu em 2002 e o seu principal objectivo é reforçar a componente de valorização de identidade do concelho.*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

*Este projecto tem conhecido uma crescente afirmação, sendo disso exemplo a valorização do **Museu Rural e do Vinho**, que completou no dia 23 de Novembro 20 anos de existência, a exposição “Alma do Vinho”, as rotundas temáticas e os processos de geminação em curso com cidades europeias ligadas ao vinho. Em Outubro será realizado no âmbito do projecto de Geminação de Cidades da DG Educação e Cultura do Programa de acção comunitária para a promoção da cidadania europeia o seminário “**Cidades Europeias do Vinho – O Vinho como instrumento de Desenvolvimento Sustentável das Zonas Rurais Europeias**” a realizar aquando da realização da ExpoCartaxo. -----*

*-----Vem o Grupo Parlamentar do Partido Socialista ainda reforçar o papel da **FESTA DO VINHO** a realizar de 27 de Abril a 1 de Maio no projecto Cartaxo Capital do Vinho. A Festa do Vinho será uma mais valia na divulgação do nosso projecto na Região e no País.” -----*

-----SENHOR DEPUTADO FRANCISCO COLAÇO -----

-----Relativamente à moção apresentada referiu que não iria votar favoravelmente a mesma por dela constar que “o grupo do Partido Socialista da Assembleia Municipal do Cartaxo vem apoiar...”, tendo em conta que não fazia parte do grupo do Partido Socialista, mas sim do Bloco de Esquerda.-----

-----SENHOR DEPUTADO PEDRO BARATA ALMEIDA -----

-----Manifestou o seu desacordo com a moção apresentada, por a mesma não contemplar o «Festival Nacional do Vinho» e referiu que o PSD considerava que este projecto perdia pela deslocalização do referido Festival. -----

-----SENHOR DEPUTADO JOSÉ FRANCISCO FERNANDES -----

-----Interveio para louvar a Câmara por todo o trabalho desenvolvido na publicidade e divulgação do nome do «Vinho do Cartaxo», o qual realçou o valor cultural do vinho, podendo também constituir uma ajuda para ultrapassar a crise que o concelho atravessava na vitivinicultura.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

-----**SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----Relativamente à moção apresentada referiu que, após deliberação e caso fosse aprovada, perderia a qualidade de “moção do PS” e passaria a ser “moção da Assembleia Municipal”, pelo que, a forma como a moção estava redigida não era argumento suficiente para votar contra a mesma.-----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----Na sequência da intervenção do Senhor Deputado do PSD, referiu que o «Festival Nacional do Vinho» deveria estar contemplado naquela moção, pois fazia parte integrante do projecto «Capital do Vinho», não obstante a posição sobre a questão da deslocalização, que era uma posição que já tinha sido assumida.-----

-----Referiu que iriam fazer um esforço de colaboração, não financeiro, pois tinham engrandecido o projecto com a participação no CNEMA.-----

-----Concluiu, dizendo que lhe parecia importante o Festival Nacional configurar e integrar a proposta de moção e que esta era a sua leitura como representante do Executivo.-----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a moção apresentada pelo grupo do PS sobre «Cartaxo – Capital do Vinho», com 17 votos a favor do PS, 4 votos contra do PSD, 2 abstenções da CDU e 1 abstenção do BE.----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA**-----

-----Leu a seguinte proposta apresentada pelo grupo do PS: -----

-----“Grupo de trabalho da Assembleia Municipal para o plano estratégico do Cartaxo e para a revisão do PDM. -----

-----*Nos termos da alínea d), do artigo 31º do Regimento da Assembleia Municipal do Cartaxo, o Grupo PS da Assembleia Municipal do Cartaxo, propõe a discussão e votação da seguinte proposta: -----*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

-----1. O grupo do Partido Socialista da Assembleia Municipal do Cartaxo vem propor que a Assembleia Municipal do Cartaxo crie um grupo de trabalho para o acompanhamento do Plano Estratégico do Cartaxo e da revisão do Plano Director Municipal (PDM).-----

-----2. Que a composição desse grupo seja de 5 representantes do Partido Socialista (PS); 2 representantes do Partido Social Democrata (PSD); 1 representante da Coligação Democrática Unitária (CDU) e 1 representante do Bloco de Esquerda (BE).”-----

-----**SENHOR DEPUTADO ROGÉRIO COITO**-----

-----Manifestou a sua concordância com a proposta, nos seus traços gerais. Todavia, questionou relativamente à composição do grupo e ao número de deputados de cada força política. -----

-----**SENHOR DEPUTADO JOSÉ ARRUDA**-----

-----Relativamente à proposta apresentada, disse que esta tinha subjacente a ideia que os grupos de trabalho deveriam espelhar a própria Assembleia, o que pressupunha que o PS tivesse a maioria, tal como referido na última Assembleia. -----

-----Salientou que esta questão tinha sido assumida, também, pelo Senhor Deputado Vasco Cunha e que iria ser a forma de trabalhar, por ser a mais correcta. -----

-----Disse ainda que estavam receptivos a alguma sugestão que viesse a melhorar o grupo, desde que respeitasse aquele princípio. -----

-----**SENHOR DEPUTADO ROGÉRIO COITO**-----

-----Disse que, do que se lembrava, o Dr. Vasco Cunha tinha dito que seria um representante de cada partido e que na votação o representante do partido da maioria iria ter um maior peso, em caso de empate.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

-----**SENHOR DEPUTADO JOSÉ ARRUDA**-----

-----Referiu que o que o grupo PS tinha aceite em relação ao regimento era que, por não fazer sentido estarem muitas pessoas a trabalhar no mesmo, bastaria uma que representasse a maioria dos votos.-----

-----Relativamente à comissão que estavam a apreciar naquela sessão, disse que era diferente, porque era um grupo de trabalho para apresentar propostas concretas, pelo que deveria espelhar a Assembleia Municipal em termos de representatividade, como acontecia nos grupos de trabalho da Assembleia da República, em que todos espelhavam a percentagem de cada um dos partidos no plenário.-----

-----**SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----Referiu que se fizessem a proporção, em nove elementos e com o número de deputados municipais que o PS tinha, iriam ter 6 deputados.-----

-----Salientou que, todavia, da conversa que tinha tido com o grupo do PS, tinha sido entendido que seria importante o BE estar representado, pois o BE seria a força que, por aquela lógica, ficaria de fora.-----

-----Neste sentido, o PS tinha entendido que, em vez de ter seis deputados, iria ter cinco, para existir representatividade de todos os grupos que tinham sido eleitos.

-----**SENHOR DEPUTADO PEDRO REIS**-----

-----Disse que a lógica da representatividade da Assembleia Municipal estava espelhada naquela proposta, através dos cinco deputados – PS, dois deputados – PSD, um deputado – CDU e um deputado – BE.-----

-----Referiu que o PSD concordava com aquela lógica de representatividade e questionou se aquele grupo de trabalho para o acompanhamento do Plano Estratégico e o PDM seria incluído no grupo de trabalho que já existia para a revisão do PDM, ou se, por outro lado, seria um grupo de trabalho autónomo que só iria reunir para apresentar propostas à tal comissão de acompanhamento do PDM.-----

-----Na sua opinião, neste último caso, a comissão seria “esvaziada”, ou seja, meramente consultiva.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

-----SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL -----

-----Referiu que o grupo de trabalho iria ser para acompanhamento. -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pelo grupo do PS para a criação de um grupo de trabalho da Assembleia Municipal para o Plano Estratégico do Cartaxo e para a Revisão do PDM, composto por 5 representantes do Partido Socialista, 2 representantes do Partido Social Democrata, 1 representante da Coligação Democrática Unitária e 1 representante do Bloco de Esquerda. -----

-----SENHORA DEPUTADA LUÍSA PATO-----

-----Fez uma declaração de voto:-----

-----Referiu que o PSD tinha votado favoravelmente aquela proposta e aceitaria fazer parte da comissão de acompanhamento, por a mesma ter “carácter não vinculativo”, ou seja, de mero acompanhamento em relação ao Plano Estratégico e à revisão do PDM.-----

-----SENHOR PRESIDENTE DA MESA -----

-----Leu a seguinte proposta sobre a «Comemoração do 25 de Abril», apresentada pelo grupo do PS:-----

-----“Comemoração do 25 de Abril -----

-----Nos termos da alínea d), do artigo 31º do Regimento da Assembleia Municipal do Cartaxo, propõe a discussão e votação da seguinte proposta:-----

-----1. O grupo do Partido Socialista da Assembleia Municipal do Cartaxo vem propor que a Assembleia Municipal do Cartaxo participe nas comemorações do Município do 25 de Abril e que para as mesmas seja constituída uma comissão composta por um representante de cada partido e pelo Presidente da Assembleia Municipal.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

-----2. *Que no âmbito das comemorações do dia 25 de Abril de 2006 se realize uma sessão solene da Assembleia Municipal com intervenções do Presidente da Câmara Municipal e representantes dos Partidos.*-----

-----**SENHOR DEPUTADO PEDRO REIS**-----

-----Relativamente às comemorações do «25 de Abril», disse que o mesmo tinha vindo a ser um pouco mal tratado no Concelho do Cartaxo e lembrou algumas situações do passado que, na sua opinião, não dignificaram o «25 de Abril», nomeadamente, o facto de se terem marcado comemorações em todas as freguesias à mesma hora. Acrescentou ainda que tinha sido convocada uma Assembleia Municipal Solene para comemorar o «25 de Abril», onde tinham estado presentes apenas três ou quatro pessoas.-----

-----Disse que o «25 de Abril» tinha que ser pensado com antecedência para lhe ser dada a devida dignidade e, como tal, não valia a pena estarem a fazer grupos de trabalho para depois nunca se reunirem. -----

-----Aludindo ao projecto «Os Filhos de Abril», deu a sugestão de se voltar às escolas e convidar o primeiro ciclo para participar nas comemorações. -----

-----**SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA**-----

-----Referiu que o projecto «Os Filhos de Abril» não tinha tido impulso por parte da Câmara Municipal e, na sua opinião, ainda bem, porque senão aquele projecto não tinha nascido da forma crua e ingénua e com o carácter voluntarista, com que nasceu.-----

-----Acrescentou que, a ser reeditado, deveria ser na esfera das juventudes partidárias, em concertação com as mesmas. -----

-----Relativamente ao facto de existirem comemorações em simultâneo nas diversas freguesias, disse que, na sua opinião, não retirava dignidade às comemorações, pois as pessoas de Pontével não iam à cidade do Cartaxo, nem as da cidade do Cartaxo iam a Pontével, a Vila Chã de Ourique, ou à Lapa, assistir aos momentos solenes das mesmas. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

-----No seu entendimento, fazia sentido o que tinha vindo a acontecer ao longo dos últimos anos, em que cada uma das Juntas de Freguesia, em conjunto com o associativismo, organizava as manifestações desportivas, culturais, recreativas e de evocação ao 25 de Abril. -----

-----Em relação à Sessão Solene da Assembleia Municipal, disse que concordava com o Dr. Pedro Reis e que, mais uma vez, a dignidade das comemorações que ocorriam na Assembleia Municipal dependia de cada um dos deputados. -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pelo grupo do PS, sobre a comemoração do 25 de Abril. -----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA** -----

-----Informou que tinha expirado o tempo previsto para o «período antes da ordem do dia», pelo que, para prolongar o mesmo seria necessário que tal fosse requerido.-----

-----Neste sentido, após requerimento, o “período antes da ordem do dia” foi prolongado por mais quinze minutos a fim de poderem apresentar as propostas e moções por discutir.-----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA** -----

-----Leu a seguinte recomendação do Grupo do BE: -----

-----“*Considerando que:*-----

-----*São inúmeras as decisões tomadas e executadas pela maioria do executivo camarário do Partido Socialista, sem que, previamente, seja dado conhecimento às oposições que só posteriormente, pela comunicação social, ficam informados;* -----

-----*Conforme o estipulado nos artigos 2º, 3º e 4º da Lei n.º24/98, de 26 de Maio que aprovou o Estatuto do Direito de Oposição, e invocando especificamente os pontos 1 e 2 do artigo 4º da mesma lei, que passo a citar:* -----

-----*Artigo 4º*-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

-----1 - Os titulares do direito de oposição têm o direito de ser informados regular e directamente pelos correspondentes órgãos executivos sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público relacionados com a sua actividade. -----

-----2 – As informações devem ser prestadas directamente e em prazo razoável aos órgãos ou estruturas representativas dos partidos políticos e demais titulares do direito de oposição.-----

-----Recomenda: -----

-----A Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária no dia 22 de Fevereiro de 2006, o seguinte à maioria do executivo camarário:-----

-----Que a aplicação do estipulado na Lei 24/98 de 26 de Maio passe a vigorar imediatamente para todos os assuntos que digam respeito à vida autárquica, económica, política, social do Concelho do Cartaxo.” -----

-----**SENHOR DEPUTADO JOSÉ GAMEIRO**-----

-----Deixou uma declaração de voto: -----

-----Referiu que votava favoravelmente aquela recomendação, pois não iria votar contra a aplicação da lei e perguntou ao Senhor Deputado do BE se não recebia, em sua casa, as actas do Executivo.-----

-----**SENHOR DEPUTADO FRANCISCO COLAÇO**-----

-----Disse que recebia as actas em casa, mas que não recebia tudo o que dizia respeito à ordem de trabalhos para poder ter uma reunião esclarecida. -----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA**-----

-----Não existindo mais intervenções, submeteu o assunto a deliberação da Assembleia. -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a recomendação apresentada pelo grupo do BE sobre a aplicação do Estatuto do Direito de Oposição. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA**-----

-----Leu a seguinte recomendação do Grupo do BE:-----

-----*“Dado estarmos a viver os 150 anos do nascimento do ilustre cartaxeiro, republicano e notável homem de letras Marcelino Mesquita, efeméride a que esta assembleia não pode ficar indiferente, recomenda-se ao executivo camarário o estudo tendente à criação de um Prémio Literário Marcelino Mesquita, destinando-se a valorizar os valores locais e as temáticas regionais.*-----

-----*Deverá também ser criado um Prémio Cidadania Marcelino Mesquita, destinado a distinguir cidadãos que se destaquem pela sua actuação cívica em prol da Cidadania, da Democracia e da República.”*-----

-----**SENHOR DEPUTADO JOSÉ ARRUDA**-----

-----Sugeri que a recomendação relativa à criação dos prémios «Marcelino Mesquita» fosse enviada ao grupo de trabalho relativo a Marcelino Mesquita para que o mesmo tivesse em conta aquelas sugestões.-----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA**-----

-----Não existindo mais intervenções, submeteu o assunto a deliberação da Assembleia.-----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a recomendação apresentada pelo grupo do BE sobre a criação de um Prémio Literário Marcelino Mesquita e de um Prémio Cidadania Marcelino Mesquita.----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA**-----

-----Leu a seguinte recomendação do Grupo do BE:-----

-----*“Tendo em conta o estado em que se encontram os apeadeiros do Setil recomenda-se ao Executivo:*-----

-----*O arranjo da estrada de ligação ao Setil*-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

-----*O estudo da possível ligação pelos transportes camarários TUC a Santana, nos horários de maiores fluxos de utentes dos comboios.*-----

-----*Análise por técnico camarário da área da segurança das condições de funcionamento da estação de Santana de modo a poder-se contactar a REFER no sentido de colocar a iluminação na estação, em obras, e estabelecer a colocação de um passadiço, iluminada e seguro para os utentes poderem utilizar aquele transporte em segurança, o que a nosso ver não se verifica.*-----

-----**SENHOR DEPUTADO JOSÉ ARRUDA**-----

-----Salientou que, contrariamente ao que tinha sido dito, o grupo PS votava favoravelmente e apoiava as iniciativas de outros grupos, quando estas se destinavam a propor situações com o objectivo de melhorar a qualidade de vida dos habitantes do concelho.-----

-----Disse que o grupo PS tinha uma postura construtiva no sentido de valorizar todo o trabalho que a Assembleia estava a produzir e viesse a produzir, não estando, como tinha sido referido no início da reunião, só numa perspectiva de valorizar o Senhor Presidente da Câmara e pouco mais.-----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA**-----

-----Não existindo mais intervenções, submeteu o assunto a deliberação da Assembleia.-----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a recomendação apresentada pelo grupo do BE sobre os apeadeiros do Setil e Santana.-----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA**-----

-----Leu a seguinte proposta do Grupo do PSD:-----

-----“Considerando que:-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

-----*A valorização e promoção do concelho com a realização do Festival Nacional do Vinho* -----

-----*A valorização do Vinho, da Vinha e do Mundo Rural no Concelho e no Ribatejo*-----

-----*Esta iniciativa tem sido melhorada, corrigindo alguns aspectos menos conseguidos, e que estabiliza na evolução*-----

-----*O Concelho tem investido de forma significativa na concretização desta iniciativa e que o retorno deste investimento começa a ser visível.* -----

-----*A Assembleia Municipal do Cartaxo, reunida a 22 de Fevereiro de 2006, vem propor à Câmara Municipal a não deslocalização do Festival Nacional do Vinho.*”

-----**SENHOR DEPUTADO JOSÉ ARRUDA** -----

-----Referiu que o grupo PS não poderia votar a favor da proposta apresentada, apesar de estarem de acordo com o preâmbulo. -----

-----Salientou que o Festival Nacional se tinha valorizado e se continuava a valorizar e que a mudança para o CNEMA iria ser uma grande vantagem. -----

-----Acrescentou, ainda, que a Câmara do Cartaxo fazia parte da comissão executiva da organização do evento (composta por cinco entidades) e que o sentido do Festival se mantinha, pelo que, estavam de acordo com a deslocalização do mesmo, o que significava que votavam contra a proposta apresentada pelo grupo do PSD. -----

-----**SENHOR DEPUTADO PEDRO BARATA ALMEIDA** -----

-----Manifestou a sua discordância com a deslocalização do Festival Nacional do Vinho para o CNEMA e disse que, na sua opinião, o Concelho do Cartaxo iria perder com a deslocalização daquela iniciativa, pois deixariam de vir ao Concelho as pessoas que o visitavam por ocasião do Festival. -----

-----Referiu, também, algumas afirmações que o Senhor Presidente de Câmara teria proferido em Maio de 2005 e que vinham referidas no jornal «O Povo do Cartaxo», nomeadamente, que “*nem sequer fazia qualquer sentido deixar um filho*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

nosso sair fora de portas”. Disse que, em 19 de Janeiro, no mesmo jornal, o Senhor Presidente da Câmara tinha confirmado a passagem do «Festival Nacional do Vinho» para o CNEMA, mas na acta da reunião de Câmara de 23 de Janeiro de 2006 estava escrito que as negociações estavam a ser concertadas e que o Senhor Presidente teria faltado à verdade a alguém, que entrava em constantes contradições sempre que falava no assunto, não só deixava sair o filho como ainda o empurrava para fora de portas. ----

-----**SENHOR DEPUTADO JOSÉ ARRUDA**-----

-----Referiu que iriam continuar com a realização da «Festa do Vinho», no seu 18º ano, a qual iria certamente ter muitos utentes e acrescentou que todos os produtores de vinho tinham aplaudido e apoiado a iniciativa de deslocalização do Festival Nacional para o CNEMA. -----

-----Relativamente às negociações que o Senhor Presidente tinha referido na reunião de Câmara, disse que acreditava que as mesmas não fossem fáceis, pois existiam outros concelhos que tinham vindo a investir muito na área do vinho, nomeadamente, Alpiarça e que podiam não estar interessados em que um evento daqueles passasse para o CNEMA. Por outro lado, não seria fácil para o próprio CNEMA, numa primeira abordagem, receber um evento daqueles, que também iria implicar responsabilidades acrescidas. -----

-----Na sua opinião, com aquela deslocalização, iriam ao encontro de uma necessidade de crescimento do «Festival Nacional do Vinho».-----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----Começou por dizer que o PSD era, provavelmente, o único partido representado na Assembleia Municipal que não tinha legitimidade para criticar a saída do Festival Nacional, porque enquanto o mesmo esteve no Cartaxo e era realizado, não houve uma única proposta de valorização do evento por parte do PSD. -----

-----Relembrou que, pelo contrário, os Senhores Deputados do PSD só diziam que se gastava muito dinheiro, que o Festival estava mal feito e que tinha problemas.---

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

-----Acrescentou que, naquele momento, quando o Festival se iria “lançar fora de portas” e crescer de dimensão, quando, nomeadamente, os concelhos vizinhos se queriam juntar ao evento e com ele beneficiar, “o filho saiu e vai para uma boa faculdade, espera-se que cresça e que tenha uma boa formação, um crescimento de dimensão, o que é óptimo, sai fora de portas, mas vai para uma boa faculdade”, todavia o grupo do PSD continuava a criticar. -----

-----No seu entendimento, o grupo do PSD representado na Assembleia tinha muito pouca, ou nenhuma, legitimidade para criticar uma coisa para a qual nunca tinha acrescentado valor. -----

-----**SENHOR DEPUTADO PEDRO BARATA ALMEIDA** -----

-----Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, disse que o mesmo teria que ter mais cuidado com o que afirmava, pois, politicamente, o que tinha dito não era verdade.-----

-----Referiu que o PSD tinha criticado a forma como o «Festival Nacional do Vinho» estava feito e que nunca tinha sido contra o mesmo e que o Senhor Presidente da Câmara reconhecendo a crítica, tinha alterado a forma na realização do «Festival do Vinho». -----

-----Disse ao Senhor Presidente da Câmara que lhe recomendava que lesse as actas antes de se pronunciar relativamente ao PSD, pois em 2002 as afirmações do Senhor Pina, eram exemplo, quando felicitava a iniciativa «Cartaxo – Capital do Vinho». -----

-----Relativamente às afirmações do Senhor Presidente de que “o filho ia para a universidade”, referiu que o mesmo tinha dito há menos de um ano (para justificar que era falsa a mudança do festival), que isso não fazia sentido.-----

-----Na sua opinião, era triste que se tentasse modificar as afirmações feitas anteriormente, tentando desviá-las da realidade. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

-----SENHOR DEPUTADO MARCO CAETANO-----

-----Referiu que, no seu entendimento, o Presidente da Câmara tinha pretendido colocar o Festival Nacional “em palco” para lhe dar alguma projecção nacional, ao contrário daquilo que aconteceria se o mesmo ficasse no Cartaxo, pelo que, não estava enganado por aquela visão futura do desenvolvimento do Concelho e dos produtos ou seja, iria ser outra nova etapa do projecto. -----

-----SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL-----

-----Pedi a palavra e referiu que a ideia do Festival crescer para o CNEMA tinha sido lançada na última edição do «Festival Nacional de Vinhos». -----

-----Relativamente à “visão”, certa ou errada, disse só não errava quem nada fazia. Salientou que na última edição do «Festival Nacional de Vinhos» tinha referido claramente que via com “bons olhos” o crescimento de dimensão do Festival, e que era coerente com aquilo que tinha referido. -----

-----SENHOR PRESIDENTE DA MESA -----

-----Não existindo mais intervenções, submeteu o assunto a deliberação da Assembleia. -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, não aprovar a proposta apresentada pelo grupo do PSD, sobre a não deslocalização do «Festival Nacional do Vinho», com 16 votos contra do grupo PS, 4 votos a favor do grupo PSD, 2 votos a favor do grupo CDU e um voto a favor do grupo BE.-----

-----SENHOR PRESIDENTE DA MESA -----

-----Leu a seguinte proposta do BE: -----

-----“Proposta / Provedor do Município -----

-----A figura do **Provedor do Município** enquanto instrumento de defesa e apoio aos municípios, a eleger em Assembleia Municipal, é matéria de fulcral importância para o Bloco de Esquerda porquanto representa, em última análise, a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

garantia final do respeito pelos direitos dos cidadãos no seu relacionamento com a Autarquia. -----

-----A sua criação no Cartaxo não será original; basta pensarmos, por exemplo, no concelho de Abrantes. -----

-----Numa perspectiva de abertura, o Bloco, nesta fase, apenas faz questão de sublinhar que o futuro Provedor deve reunir regularmente com o Presidente da Câmara e ter acesso aos diferentes serviços municipais, garantido respostas em tempo útil. Quanto ao mais, estamos disponíveis para, em conjunto com as outras forças políticas, estudar a configuração mais adequada à nossa realidade.-----

-----Assim, proponho que a Assembleia Municipal do Cartaxo incumba a criação de uma comissão de deputados para estudar as linhas gerais para a criação do cargo acima definido com vista à criação posterior de um Grupo de Trabalho que consolide tais ideias e apresente à Assembleia Municipal, durante o ano de 2006, propostas que contenham o seu Estatuto.” -----

-----SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL -----

-----Começou por salientar que não tinha nenhuma questão de princípio contra a figura do Provedor, mas que a mesma deveria ser enquadrada na realidade de cada município.-----

-----Neste âmbito, referiu que compreendia a figura do Provedor em municípios de grande dimensão, em que o acesso aos Vereadores e ao Presidente da Câmara era bastante difícil, tendo em conta a referida dimensão, mas num município com a dimensão do Cartaxo, em que o Presidente da Câmara, ele próprio, o Vereador Francisco Casimiro e a Vereadora Rute Ouro tinham atendimento semanal, não iria ser de grande utilidade a figura do Provedor.-----

-----SENHOR DEPUTADO JOSÉ ARRUDA -----

-----Começou por referir que, na sua opinião, aquelas sugestões eram meritórias, mas que deveriam vir na ordem de trabalhos para haver tempo de discussão

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

pelos próprios grupos, pelo que propôs o seu agendamento numa próxima ordem de trabalhos. -----

-----Disse que naquela fase a sua posição seria de rejeição, porque seria difícil tomar uma posição sobre o assunto, dado o pouco tempo disponível. -----

-----**SENHOR DEPUTADO FRANCISCO COLAÇO** -----

-----Pedi a palavra e, respondendo à questão do Dr. Pedro Ribeiro, referiu que também era a favor da figura do Provedor do Município. -----

-----Salientou que o Provedor do Município não era um substituto do Presidente da Câmara, mas sim uma interposta pessoa com capacidade de análise jurídica e dos problemas. Seria uma espécie de analista com intervenção directa no aconselhamento e que trataria dos assuntos de uma forma distinta. Quando o cidadão ia directamente ao Presidente tratar de determinada questão, por vezes, a figura política do Presidente ou do Vice-Presidente assustava e existiam questões que as pessoas não vinham colocar.-----

-----Referiu que o que propunha era a criação de um grupo de trabalho para estudar as linhas gerais da criação do cargo, a fim de se apresentarem propostas à Assembleia Municipal, durante o ano de 2006. -----

-----**SENHOR DEPUTADO JOSÉ ARRUDA** -----

-----Interveio para questionar se, com aquela votação, estariam implicitamente a aceitar a criação da figura do Provedor do Município, pois o que tinha referido era unicamente a necessidade de discutir e decidir se seria ou não necessária a criação da referida figura. Na sua opinião, essa era o tipo de discussão que poderia ser feita.-----

-----**SENHOR DEPUTADO PEDRO REIS** -----

-----Referiu que a ideia do Provedor do Município, como princípio, era uma boa ideia, mas que, no entanto, concordava com a opinião do Senhor Vice-Presidente

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

da Câmara, ou seja, o Concelho do Cartaxo era tão pequeno que facilmente se “chegava” aos Vereadores.-----

-----Neste sentido, sugeriu que a Câmara Municipal criasse um gabinete para os Vereadores da oposição, que poderiam funcionar como provedores. Referiu que as pessoas que não tinham coragem de falar com os Vereadores da maioria iriam falar com os Vereadores da oposição para melhor defenderem os seus interesses.-----

-----Disse que subscrevia o que o Senhor Deputado José Arruda tinha dito, ou seja, talvez fosse melhor passar aquela discussão para outra sessão da Assembleia Municipal, onde o assunto viesse especificado na ordem de trabalhos, permitindo aos Senhores Deputados estudar em concreto quais as competências que poderia ter um provedor. -----

-----**SENHOR DEPUTADO FRANCISCO COLAÇO** -----

-----Disse que aceitava a sugestão do Senhor Deputado José Arruda e retirava a proposta, aguardando o agendamento do assunto para a próxima reunião ordinária, porque o que lhe interessava realmente era que se enriquecesse a democracia. -----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA** -----

-----Relativamente à moção da CDU relativa ao Dia Internacional da Mulher, deu a palavra ao Dr. Pedro Reis. -----

-----**SENHOR DEPUTADO PEDRO REIS** -----

-----Começou por referir que a moção da CDU relativamente aos «direitos da mulher» era bastante meritória mas, no entanto, por uma questão de princípio moral ou ético, o grupo do PSD não poderia votar num documento onde constasse o n.º 3 daquela moção. -----

-----Disse que pessoalmente era contra a despenalização do aborto, pelo que, por princípio, não poderia votar e propôs à CDU que retirasse o n.º 3 daquela moção, para que o PSD votasse a favor da mesma. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

-----**SENHORA DEPUTADA EMÍLIA SOARES** -----

-----Começou por referir que, na sua opinião, era urgente que fossem tomadas medidas, justamente pela penalização (a nível jurídico) a que muitas mulheres estavam sujeitas em Portugal. -----

-----Acrescentou que a bancada da CDU não era a favor do aborto, pelo aborto em si, mas a favor da legalização do mesmo para que diminuíssem os problemas que dele advêm. -----

-----**SENHOR DEPUTADO JOSÉ ARRUDA** -----

-----Começou por dizer que estava de acordo com a introdução do Dr. Pedro Reis e que o PS entendia que deveria ser feito um referendo para ser tomada uma decisão final sobre a questão do aborto. -----

-----Disse que se a CDU retirasse da moção o ponto três relativo ao aborto votariam a favor da mesma. Caso contrário iriam votar contra, fazendo uma declaração de voto, ou seja, dizendo que estavam de acordo com a ideia, mas que não podiam aceitar a imposição de uma posição que não era a sua. -----

-----**SENHOR DEPUTADO FRANCISCO COLAÇO** -----

-----Disse que tinha sido o BE a iniciar a campanha sobre o referendo, mas não tinha sido possível ir para a frente. Referiu que, na sua opinião, o crime era a lei que existia até ao momento, em que as mulheres continuavam a ser punidas, pelo simples facto de poderem decidir sobre o seu próprio corpo. No seu entendimento este assunto não era para ser resolvido, em termos legislativos, na Assembleia da República mas sim através de referendo e que a moção da CDU teria o apoio do BE, pois o que estava subjacente era a ideia do aborto clandestino terminar em Portugal -----

-----**SENHOR DEPUTADO JOSÉ GAMEIRO** -----

-----Começou por dizer que a sua intervenção em relação à moção apresentada pela bancada da CDU, se deveu apenas ao facto de não ser respeitado o acordo que tinha sido pré-estabelecido entre os grupos representados no sentido de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

distribuírem entre si, cópia das moções a apresentar e que da sua parte não existiu qualquer outra intenção. -----

-----Dirigiu-se à Senhora Deputada da CDU e disse que nesta matéria tinha até provas dadas, uma vez que representa algumas entidades que têm debatido este tema, contrariamente ao que podiam pensar, há alguns anos que lutava também por estes direitos e que a CDU gostava de falar, mas depois não participava activamente nem aparecia nos locais próprios, pelo que, depois do que tinha afirmado, entrelinhas, com a “*marialvisse*”, e que “*tinha que a levar*”, (com esta resposta), pois contrariamente ao que a mesma pensava, já há muitos anos que o próprio andava a lutar pelo direito de igualdade de mulheres. -----

-----Relativamente à moção, disse que iriam votar a favor, desde que, fosse retirado o ponto três sobre a questão do aborto, que teria que ser discutido noutro órgão.

-----**SENHORA DEPUTADA MARIA EMÍLIA SOARES** -----

-----Começou por dizer que representava um movimento democrático de mulheres que contemplava todas as quadrantes políticas e conhecia bem todas aquelas questões, mas, não querendo desviar-se do debate, disse que em relação ao ponto três da moção, propunha a alteração nos seguintes termos: “*apelar à Assembleia da República que faça as démarches necessárias para que seja referendado o mais rápido possível a lei do aborto*”.-----

-----**SENHOR DEPUTADO PEDRO REIS**-----

-----Dirigiu-se ao Senhor Deputado José Gameiro, salientando que até acreditava que este tivesse feito muito pela defesa dos direitos das mulheres mas, na sua opinião, esta luta começava logo por tratá-las com educação e elevação, o que não acontecia, por vezes, no discurso do Senhor Deputado. -----

-----Quanto à moção da CDU, só votariam favoravelmente caso o ponto do aborto fosse retirado, uma vez que, já tinha sido referendado e o resultado tinha sido negativo. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

-----**SENHORA DEPUTADA HÉLIA BAPTISTA**-----

-----Na sua opinião, era de lamentar a forma arrogante como o Senhor Deputado José Gameiro tinha discursado e que a sua intervenção (desse Deputado) não dignifica este órgão e lembrou, que a sua participação na Assembleia Municipal era como deputado do PS e não em representação de outra entidade. -----

-----**SENHORA DEPUTADA MARIA EMÍLIA SOARES** -----

-----Pedi a palavra e disse que o ponto três da moção apresentada iria ser alterado, ficando com a seguinte redacção: -----

-----“*Ponto 3:* -----

----- *Apelar à Assembleia da República que desenvolva as démarches para que seja promovido o referendo, o mais rápido possível sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez.*”-----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA** -----

-----Não existindo mais intervenções, submeteu o assunto a deliberação da Assembleia. -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a proposta apresentada pelo grupo da CDU, sobre o Dia Internacional da Mulher, com 16 votos a favor do grupo PS, 2 votos a favor do grupo CDU, um voto a favor do grupo BE e 4 votos contra do grupo PSD-----

-----**SENHOR DEPUTADO PEDRO REIS**-----

-----Esclareceu que o grupo PSD tinha votado contra por considerar que a questão do aborto era uma questão pessoal, que extravasava aquele âmbito, mas referiu que era a favor de tudo o resto. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

ORDEM DE TRABALHOS

PONTO N.º1 – APRECIACÃO DO RELATÓRIO E SITUAÇÃO FINANCEIRA

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA** -----

-----Ao iniciar a ordem de trabalhos perguntou quem queria intervir sobre a
Apreciação do Relatório e Situação Financeira. -----

-----**SENHOR DEPUTADO ROGÉRIO COITO**-----

-----Pedi a palavra ao Presidente da Mesa e disse que antes de entrar nos
assuntos da ordem do dia queria chamar a atenção para a rotura existente na
canalização na Escola EB2/3 de Pontével que continuava a deitar água e era do seu
conhecimento ter havido uma vistoria e mesmo assim nada tinha sido feito. -----

-----Disse que, em relação à água, era necessário que se tomassem
providências, pois era um bem que correria o risco de desaparecer da face da terra. -----

-----**SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** -----

-----Começou por dar alguns esclarecimentos sobre este assunto e referiu que
antes daquela Assembleia, tinha recebido um telefonema do Presidente do
Agrupamento Escolar de Pontével, a solicitar a colaboração da Autarquia para a
solução daquele problema, porque não dispunha de verba no orçamento do Ministério
para proceder àquela reparação. -----

-----No entanto, tinha apercebido do receio do Presidente do Agrupamento,
quanto à “boa vontade” da Câmara para a resolução deste problema e que a mesma
fosse utilizada como uma “arma de arremesso político”, uma vez que as referidas
instalações são propriedade do Ministério da Educação. -----

-----Todavia, ressaltou que, vindo do Dr. Rogério Coito, não o tinha
entendido como uma “arma de arremesso político” e que não “embarcava” no discurso
moralista, porque todos tinham a preocupação pela água. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

-----Concluiu, dizendo que a Câmara de boa vontade enviou uma equipa técnica para solucionar o problema e no momento estava a ser elaborado um orçamento para verificar se a Autarquia também dispunha de verba para fazer aquela intervenção uma vez que não era da sua competência. -----

-----**SENHORA DEPUTADA LUÍSA PATO**-----

-----Pedi a palavra para dizer que tinha registado com agrado que no relatório o sector do planeamento urbanístico e projectos municipais, já se tinha passado do levantamento fotográfico da cobertura do mercado da Ereira para um «esboço livre sem escala». Referiu que não sabia o que era, pelo que pediu que a esclarecessem. -----

-----**SENHOR VEREADOR FRANCISCO CASIMIRO**-----

-----Referiu que, antes de responder à Senhora Deputada Luísa Pato, gostaria de voltar ao assunto anterior -----

-----Disse que, de facto, a água não estava a desaparecer da face do planeta e o que acontecia era que a água, tal como algumas pessoas, estava a perder as suas qualidades e a tornar-se mais impura. -----

-----Relativamente à intervenção da Senhora Deputada Luísa Pato referiu que, não sendo engenheiro civil, na sua opinião, o esboço livre sem escala era um desenho sem qualquer indicação de escala e que apenas reflectia uma realidade na sua opinião, o esboço livre sem escala era um esboço livre sem escala. -----

-----**SENHOR DEPUTADO FRANCISCO COLAÇO** -----

-----Começou por dizer que tinha algumas dúvidas sobre o relatório de actividade municipal e situação financeira e gostaria de ser esclarecido.-----

-----Referiu que na página 16, da Divisão de Administração e Finanças, onde estava mencionada a receita cobrada no período de 01.01.2006 a 31.01.2006, no item «transferências de capital», constava o valor de €830.876,00, no caso de se tratarem de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

verbas comunitárias, ou de transferências do governo central se as mesmas já tinham sido transferidas para o município. -----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----Em resposta ao Senhor Deputado Francisco Colaço, disse que se tratavam de fundos do Orçamento de Estado, nomeadamente, dos fundos de base municipal, coesão municipal e fundo geral. -----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA** -----

-----Não existindo mais intervenções deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para uma breve introdução sobre os pontos seguintes da ordem de trabalhos.---

PONTO N.º2 – PERMUTA DE CEDÊNCIA E AQUISIÇÃO DE PARCELA DE TERRENO JUNTO À ZONA INDUSTRIAL DE VILA CHÃ DE OURIQUE-----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

-----Deu algumas explicações circunstanciadas sobre o ponto 2 da ordem de trabalhos. -----

-----Relativamente ao terreno da Herdade dos Chavões, referiu que o acordo vinha na sequência de uma proposta da Herdade dos Chavões, bem como do interesse manifestado pela Autarquia e da Junta de Freguesia de Vila Chã de Ourique em consolidar na zona industrial um parque para veículos pesados. O objectivo seria garantir um espaço de mobilidade e transportes que satisfizesse, não só a zona industrial, mas também a própria Freguesia e ainda uma área destinada a equipamentos públicos. -----

-----Fez uma breve caracterização das referidas parcelas e referiu que o terreno de 1,5 hectares era propriedade da Herdade dos Chavões e o terreno de 54.395.39 m2 (cerca de 5,5 hectares) era propriedade do Município.-----

-----Que na zona industrial de Vila Chã de Ourique estava a firma «AGROLEX» e depois um espaço de terreno de 1,5 hectares, propriedade da Herdade

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

dos Chavões. Continuando depois pela estrada, numa extensão na ordem dos 80 a 100 metros, estava o terreno do Município (5,5 hectares) e depois novamente a Herdade dos Chavões, ou seja, naquele momento, face à estrada, existia uma configuração onde desde a «AGROLEX» até (novamente) à Herdade dos Chavões estava o seguinte: terreno dos Chavões, terreno do Município e depois novamente terreno da Herdade dos Chavões. -----

-----Salientou que, por existir uma convergência de interesses, quer da Autarquia, quer da Junta, quer do proprietário, tinha sido feita uma avaliação dos terrenos, atentas as condicionantes e a caracterização dos mesmos, para fixar a base de negociação. -----

-----Esclareceu que, quando referia a “permuta”, era na perspectiva do interesse de ambas as partes e que se tratava, efectivamente, da aquisição por parte do Município de 1,5 hectares à Herdade dos Chavões e esta adquiria cerca de 5,5 hectares ao Município. -----

-----Relativamente aos valores que tinham sido feitos para avaliação, referiu que o terreno do município tinha sido avaliado em 1,6 euros por metro quadrado e informou que aquele terreno era, na sua globalidade, REN (Reserva Ecológica Nacional) e que iria continuar a sê-lo. A perspectiva era o terreno se manter como REN, ou seja, com restrições ambientais. -----

-----No que respeita ao terreno da Herdade dos Chavões, referiu que o mesmo não tinha restrições ambientais, era espaço de ordenamento florestal e industrial. -----

----- Segundo informou, para o negócio tinha sido estabelecido o preço de 1,5 euros por metro quadrado, quer para um terreno, quer para o outro, ou seja, a Autarquia iria ceder a 1,5 euros por metro quadrado os 5,5 hectares e iria comprar a 1,5 euros por metro quadrado os 1,5 hectares. -----

PONTO N.º3 – AQUISIÇÃO DE DUAS PARCELAS DE TERRENO JUNTO À ADEGA COOPERATIVA DO CARTAXO E À QUINTA DO SISUDO

----- Após o esclarecimento relativo ao ponto n.º2 da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara deu uma explicação circunstanciada sobre o ponto n.º3,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

relativo à aquisição de duas parcelas de terreno junto à Adega Cooperativa e Quinta do Sisudo. -----

-----Começou por referir que se tratavam de duas parcelas de terreno, com cerca de 1,8 hectares, uma em frente à Adega Cooperativa e outra junto à Quinta do Sisudo. -----

-----Acrescentou que estas aquisições se enquadravam na política de desenvolvimento e numa visão de futuro, ou seja, vir a ter naqueles espaços um parque municipal e uma estação intermodal de transportes que permite uma pessoa chegar com um veículo pesado, deixá-lo no referido parque e entrar na cidade com um veículo ligeiro ou ainda, como alternativa, o transporte urbano (TUC) que iria estender-se até ao mencionado parque. -----

-----Recordou que a Autarquia já tinha aprovado a aquisição de parte daquele terreno, por causa da beneficiação da via de ligação da cidade à variante, concretamente para suavizar a curva junto à Adega Cooperativa e tinha acordado como contrapartida 25.000 euros. Todavia, no seu entendimento e numa perspectiva de futuro, propunha que em vez de se negociar apenas aquela área, se adquirisse a totalidade do terreno. ----

-----Informou que após ter sido efectuado um processo de avaliação concluiu-se que o custo aproximado da aquisição dos 1,8 hectares seria de 234.676,00 euros e com uma área de construção de 600 metros quadrados, contudo o valor acordado com os proprietários era de 225.000,00 euros, incluindo os 5.000, 00 euros que a Câmara já tinha aprovado para a beneficiação da via e o respectivo pagamento seria efectuado no prazo de dois anos. -----

----- **SENHOR DEPUTADO ROGÉRIO COITO** -----

----- Começou por referir que aqueles acordos lhe pareciam valiosos, práticos e úteis para a Autarquia, mas que lhe tinha ficado uma dúvida relativamente ao significado do «parque intermodal», pelo que pediu esclarecimento. -----

----- Em relação à Quinta do Sisudo, disse que gostaria de saber se existia algum projecto para aquele espaço, uma vez, que aquele era um grande espaço arborizado no Cartaxo. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

----- Por fim, questionou o que teria acontecido aos terrenos da «Fundação Salazar», pois nunca mais se tinha falado nos mesmos.-----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----Relativamente ao «parque intermodal», esclareceu que naquele momento ainda não existia qualquer projecto ou estudo, mas apenas a ideia que tinha exposto atrás e à semelhança do que acontecia noutros países desenvolvidos na Europa. -----

-----Esclareceu, ainda, que em relação à Quinta do Sisudo era intenção do Executivo, conforme já tinha em tempos referido, fazer um parque municipal entre a parte sul do concelho e a cidade, via com “bons olhos” ser possível existir uma dimensão na ordem dos 20/30 hectares de terreno disponíveis mesmo, que não existisse no imediato um projecto de desenvolvimento urbanístico. -----

-----Acrescentou que aquele era um bom espaço, pois a futura variante à E.N. 3 iria passar a 100 metros daquele terreno e a variante à E.N. 365.2 também ali estava. -

-----Relativamente aos terrenos da Fundação Salazar referiu que poderia verificar qual o “ponto de situação” para informar o Senhor Deputado.-----

-----**SENHOR DEPUTADO FRANCISCO COLAÇO** -----

-----Relativamente ao ponto n.º2 da ordem de trabalhos, referiu que tinha ficado com uma dúvida relativamente a uma afirmação do Senhor Presidente da Câmara, em que este teria referido que o negócio “foi bom para a Autarquia”. Neste sentido questionou se o negócio teria sido mau para o interlocutor e se este teria perdido com o mesmo. -----

-----Disse, também, que de acordo com os valores apresentados e a valorização entre áreas e localizações, lhe parecia um bom negócio. -----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----Pedi a palavra para esclarecer a questão levantada pelo Senhor Deputado Francisco Colaço.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

-----Disse que, naturalmente, se o negócio tinha sido feito era porque tinha interessado a ambas as partes. Aquilo que tinha procurado transmitir era que tinha sido um bom negócio e que ambas as partes tinham ficado satisfeitas com o resultado final.-

-----Disse que considerava um negócio vantajoso, quer pelo facto de a Autarquia ter ali um terreno, com a utilização possível que lhe iria ser dada, quer pela conjugação de preços. -----

-----**SENHORA DEPUTADA LUÍSA PATO**-----

-----Relativamente ao assunto em apreciação, solicitou que, para além da documentação que lhes tinha sido enviada, fosse também entregue o mapa com as propriedades a permutar, bem como, um parecer da divisão de planeamento e urbanismo onde aferisse as condicionantes das propriedades, nomeadamente, o tipo de condicionantes e o tipo de terreno. -----

-----Acrescentou que o pedido formulado se dirigia para os pontos 2 e 3 da ordem de trabalhos. -----

-----Relativamente ao ponto n.º3 da ordem do dia, disse que tinha as suas reservas em relação ao negócio, pelo que, gostaria de ver a classificação dos solos, não fosse a Câmara Municipal estar a comprar terrenos para depois não poder, eventualmente, assumir lá a edificação do parque modal ou de outra infra-estrutura qualquer. -----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----Referiu que era importante que ficasse bem claro que, qualquer que fosse a situação, a Câmara não poderia comprar terrenos onde não se pudesse fazer lá nada e que em última instância a Câmara se arrogava no direito (excepto se fosse uma situação de REN ou de RAN – que não era o caso) de poder vir a desenvolver algo naquele local e, se era permitido construir lá uma casa, certamente seria possível construir um armazém, um espaço para veículos ou aquilo que fosse necessário. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA**-----

-----Perguntou se existiam mais intervenções relativamente ao ponto n.º2 da ordem do dia e de seguida submeteu o assunto a consideração da Assembleia Municipal.-----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Permuta de Cedência e Aquisição de Parcela de Terreno junto à Zona Industrial de Vila Chã de Ourique.

PONTO N.º3 – AQUISIÇÃO DE DUAS PARCELAS DE TERRENO JUNTO À ADEGA COOPERATIVA DO CARTAXO E À QUINTA DO SISUDO

-----**SENHOR DEPUTADO FRANCISCO COLAÇO**-----

-----Começou a sua intervenção dizendo que este era o ponto que lhe oferecia mais dúvidas, segundo tinha lido no mapa topográfico, na Quinta do Sisudo existia, uma linha de água, bem como alguns sobreiros, o que implicava ser uma área classificada por REN ou RAN. -----

----- Acrescentou que lhe causava alguma perplexidade o facto de a Câmara ir adquirir um terreno quando não tinha nenhum projecto concreto aprovado ou, pelo menos, estudado para o mesmo.-----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----Pedi a palavra ao Senhor Presidente da Mesa e referiu que a Quinta do Sisudo nada tinha a ver com o terreno que estava a ser objecto de aquisição, serviu apenas de referência por estar localizado ao lado da parcela. -----

-----Salientou que os terrenos objecto de aquisição estavam caracterizados e não tinham condicionantes. -----

-----Referiu que a Câmara tinha uma ideia e que era possível a Autarquia fazer aquelas aquisições com uma visão de futuro tal como se fez para a reserva estratégica junto ao nó. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

-----**SENHORA DEPUTADA MARIA EMÍLIA SOARES**-----

-----Começou por perguntar se nas parcelas de terreno a adquirir junto à Adega Cooperativa e enquanto não se fazia o espaço intermodal, pelo menos iriam ter espaço para os tractores estacionarem na época das vindimas, em vez de os mesmos ficarem na estrada. -----

-----Referiu a importância do aeroporto da OTA e disse que aquele espaço poderia vir a ser um pólo de acesso. -----

-----Relembrou que, ainda no tempo do Eng. Carlos Santos, tinham proposto que houvesse uma linha ferroviária do Setil para a OTA e considerava importante pensar nestes aspectos. -----

-----Por fim, disse que tinha tido conhecimento de que existia uma comissão, com vários intervenientes, para fazer um estudo sobre a OTA e questionou se a Câmara Municipal do Cartaxo fazia parte daquela comissão.-----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

----- Relativamente ao espaço para tractores referiu que o actual projecto de beneficiação da ligação da cidade à variante já contemplava aquele espaço, ou seja, já tinha sido feito de forma a permitir a existência de um espaço maior que assegurasse o estacionamento dos tractores e que o mesmo deveria estar concluído no Verão.-----

-----No que respeita à questão da OTA, referiu que não era “assim tão fácil”, pertencer às comissões que eram determinadas por Decreto do Governo. -----

-----Referiu que tinha defendido e acreditava que seria criada uma associação de desenvolvimento regional entre os municípios contíguos à OTA, que envolvia não só os municípios da lezíria, mas também do oeste, de forma a permitir uma visão de conjunto e uma “força” política para reivindicarem junto do governo o desenvolvimento de projectos estruturantes para a região. -----

-----Salientou que, neste âmbito, o Cartaxo estava a acompanhar tudo e que, na devida altura iria estar integrado naqueles grupos de trabalho.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

-----Relativamente aos terrenos a adquirir, referiu que o que estava em causa era uma reserva estratégica para o desenvolvimento, ligada à mobilidade, ao estacionamento e aos transportes.-----

-----Disse que, só para se ter uma ideia, o actual parque de estacionamento na Alameda, na circular urbana, tinha aproximadamente 8.000 metros quadrados e relativamente àquele terreno que estavam a falar, o mesmo tinha mais de um hectare para além daquela área.-----

-----**SENHOR DEPUTADO JOSÉ ARRUDA**-----

-----Na sua opinião, aquela aquisição fazia sentido, no âmbito da aquisição anterior para alargar a estrada nacional e que fazia sentido existir uma bolsa de terrenos estratégicos, independentemente de existirem já os projectos ou não, o importante seria a existência de novos locais de crescimento da própria cidade.-----

-----Considerando uma iniciativa meritória da Câmara, pensar no futuro e, como tal, devia ser apoiada pela Assembleia.-----

-----**SENHOR DEPUTADO FRANCISCO COLAÇO**-----

-----Disse que achava meritório que existisse um pensamento estratégico para o futuro sem projecto no imediato, mas via com alguma apreensão ser este o mesmo pensamento que tinha o Parque de Santa Eulália “a mato”. Questionou quando é que se previa a sua reabilitação bem como a recuperação dos diques de Valada, que considera uma prioridade em termos estratégicos.-----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----Referiu que em relação ao Parque de Santa Eulália o projecto de execução estava a ser efectuado e em relação aos diques de Valada informou que o concurso da empreitada já tinha sido lançado e seria executada a obra no imediato.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

-----**SENHORA DEPUTADA LUÍSA PATO**-----

-----Acrescentou que em relação às aquisições gostaria de ver os mapas, pois estava farta de pensar e não conseguia ver quais eram os terrenos. -----

-----Referiu que, para si, era muito complicado dar uma opinião consciente em dez minutos, pelo que, gostava de ter um parecer da divisão competente a dizer quais as condicionantes da propriedade -----

-----Acrescentou que não tinha gostado de um argumento que o Senhor Presidente tinha utilizado, fazia lembrar o Casal Branco que tinha sido adquirido com condicionantes e que teve de ser a Câmara a fazer o plano de pormenor para levantar essas condicionantes para permitir instalar uma zona industrial. -----

-----Afirmou que não estava em desacordo com o processo do Casal Branco, mas em relação a estas aquisições não gostava que o Município do Cartaxo fosse dali a algum tempo, tomado como especulador imobiliário e que não se sentia muito confortável a aprovar aquela proposta. -----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----Em resposta à Senhora Deputada Luísa Pato, relembrou uma expressão que a mesma tinha utilizado quando ainda estava no Executivo, dizendo que a Câmara deveria ter uma “bolsa de terrenos” e que nem sequer tinha dito para que projectos se destinavam os terrenos, apenas tinha dito que deveria existir uma “bolsa de terrenos.” Neste contexto, não sabia qual das duas visões é que se aproximava mais da especulação imobiliária, uma vez que, no caso dos terrenos juntos à Adega Cooperativa, tinha sido dito qual era a perspectiva e finalidade. -----

-----Concluiu dizendo que a lei não permitia à Autarquia entrar na especulação imobiliária e, muito menos, fazer alterações do uso do solo. Referiu ainda que a Câmara não podia transformar “gato em lebre” ou “lebre em gato”, porque existiam regras que não iriam ser ultrapassadas. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

-----**SENHORA DEPUTADA LUÍSA PATO**-----

-----Referiu que a sua posição não tinha mudado e que o que tinha dito na altura tinha a ver com a instalação de alguns equipamentos municipais. -----

-----Disse que não era contra a Câmara comprar propriedades, mas que não era a favor de a Câmara ficar dependente de cedências, dos loteamentos, para depois ficar confinada a uma determinada área e a uma determinada localização para instalar os equipamentos que o Município pudesse ter. -----

-----Referiu, ainda, que a Câmara tinha mudado o uso do solo no Casal Branco e que, provavelmente, era o que pretendia fazer em relação àquele terreno junto à Adega Cooperativa. -----

-----Por fim, acrescentou que não gostava daquela maneira de compra e venda, pois *“fazia parte como todos os portugueses do mercado imobiliário e gostava de ver que a Câmara estava na mesma posição de compra que qualquer outro particular e não em situação de benefício”*.-----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----Respondendo à Eng.^a Luísa Pato, disse que até poderia compreender que a mesma quisesse as abordagens técnicas, mas que a expressão *“eu até faço parte do mercado imobiliário e quero que a Câmara esteja na mesma posição de compra que qualquer outro particular e não em situação de benefício”* era de lamentar, pois não se tratava de a Câmara adquirir com ou sem vantagem, mas o que estava em causa era o interesse público. -----

-----Concluiu dizendo que não estava ali para juntar a profissão com a política autárquica e que não lhe interessava saber se a Eng.^a Luísa Pato fazia, ou não, parte do mercado imobiliário. -----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA**-----

-----Por não existirem mais intervenções, submeteu o assunto a deliberação da Assembleia Municipal.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a Aquisição de Duas Parcelas de Terreno junto à Adega Cooperativa e Quinta do Sisudo, com quinze votos a favor do PS, dois votos a favor da CDU, quatro abstenções do PSD e uma abstenção do BE.

PONTO N.º4 – INDICAÇÃO DE ELEMENTO PARA A COMISSÃO ALARGADA DA CPCJ

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA**-----

-----Leu a seguinte proposta do grupo PS: -----

-----“*Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco* -----

-----*Nos termos do Regimento da Assembleia Municipal do Cartaxo, o Grupo PS apresenta a seguinte proposta para o ponto 4 da Ordem de Trabalhos – “Indicação de elemento para a Comissão Alargada da CPCJ”:* -----

-----*Considerando que na última Assembleia Municipal foram eleitos apenas 3 dos 4 elementos a designar para a Comissão alargada da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, propomos que o quarto elemento a eleger por este órgão autárquico seja a Sr.ª Maria de Fátima da Silva Valentim Xavier, que nos últimos anos tem desempenhado estas funções com reconhecido mérito e dedicação às causas sociais do nosso município”.* -----

-----**SENHOR DEPUTADO FRANCISCO COLAÇO**-----

-----Referiu que mal conhecia a Senhora em questão, pelo que, para votar em consciência, gostaria que explicassem quem era a mesma, caso contrário iria abster-se.

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----Respondeu que era difícil explicar quem era a Senhora, mas o que constava da proposta abonava a favor da mesma, das suas funções e do reconhecido mérito. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

-----Disse que atestava a veracidade das afirmações contidas na proposta do grupo do PS. -----

----- **SENHOR DEPUTADO PEDRO REIS** -----

-----Relativamente ao ponto n.º4 da ordem do dia, disse que na proposta do grupo PS, onde se lia “indicação” deveria estar escrito “eleição”, porque a Assembleia Municipal depois de eleger o membro é que iria indicar à CPCJ qual seria o mesmo. Referiu que no futuro aquela questão deveria ser salvaguardada, no sentido de não se verificarem imprecisões. -----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA** -----

-----Não existindo mais intervenções, nos termos do número 2 do artigo 24º do CPA e número 3 do artigo 90º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, por estar em causa a apreciação de “comportamentos ou qualidades” de uma pessoa referiu que iriam proceder à deliberação por voto secreto. -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a eleição da Sra. Maria de Fátima da Silva Valentim Xavier para a Comissão Alargada da CPCJ, com 20 votos a favor e 2 contra. -----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

-----Pedi a palavra e referiu que, relativamente ao assunto a incluir na ordem do dia, era apenas para dar conhecimento à Assembleia, não para deliberar, tal como foi dado ao Executivo, uma vez que, se tratava de um acto de expropriação pública por parte da REFER de uma parcela de terreno municipal junto a Santana no valor de 7.417,71€ com uma área de 1.317m2, destinada ao apeadeiro. -----

-----Disse que se tratava de uma obrigação da Autarquia ceder aquele terreno e que, tal como em Câmara não tinha sido obrigatória a sua aprovação/rejeição,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 4 DE 22/02/2006

também em Assembleia aquele documento não iria ser aprovado, era apenas para conhecimento da Assembleia. -----

FORMA DE VOTAÇÃO – As deliberações constantes desta acta foram aprovadas por unanimidade de votos dos membros presentes, com excepção daquelas onde se faz menção expressa do contrário.-----

ENCERRAMENTO – Terminada a ordem de trabalhos o Senhor Presidente dirigiu-se ao público, questionando se havia alguma intervenção.-----

-----E nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente deu como encerrada a sessão quando eram 23 horas e 45 minutos, para constar se lavrou a presente acta, e eu, Maria de Lourdes Ouro Martins Sardinha, redigi e vou assinar, junto do Presidente. ----
